



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

Ata da Sessão Plenária Ordinária 1.429, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, realizada em 13, 14 e 15 de abril de 2016, na Sede do Confea, em Brasília.

1 Às nove horas e quinze minutos de treze de abril de dois mil e dezesseis, na sede deste  
2 Conselho Federal, reuniu-se o Plenário do Confea em sua Sessão Ordinária nº 1.429,  
3 convocada na forma do que dispõe o inciso VI do Art. 55 do Regimento do Confea. A Sessão foi  
4 aberta pelo Vice-Presidente do Confea **ANTONIO CARLOS ALBERIO**. Presentes os senhores  
5 Conselheiros Federais **AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO**  
6 **MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA**  
7 **FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,**  
8 **JOAO JOSE MAGALHAES SOARES, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA**  
9 **SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO**  
10 **VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO**  
11 **VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. REGISTRO:**  
12 Ausência justificada do Conselheiro Federal Raul Otávio da Silva Pereira, presente o respectivo  
13 suplente. O Mestre de Cerimônias do Confea Adahiuton Milton Belloti convidou para fazer parte  
14 da Mesa Diretora do Plenário o Coordenador do Colégio de Presidentes Engenheiro Eletricista  
15 Modesto Ferreira dos Santos Filho, o Coordenador do Colégio de Entidades Nacionais – CDEN  
16 Engenheiro Mecânico Jorge Nei Brito, o Diretor de Benefícios da Mútua Jorge Roberto da  
17 Silveira, e o Coordenador Nacional das Coordenadorias de Câmaras Especializadas de  
18 Agrimensura – CCEAGRO Engenheiro Agrimensor Léu Soares de Oliveira. **I - VERIFICAÇÃO**  
19 **DO "QUORUM"** – Em havendo quórum o Presidente do Confea José Tadeu da Silva, declarou  
20 como aberto os trabalhos da Sessão Plenária Ordinária nº 1.429. **II – EXECUÇÃO DO HINO**  
21 **NACIONAL (Decisão PL-1751/99)**. O Mestre de Cerimônias Adahiuton Milton Belloti,  
22 convidou a todos para ouvir o Hino Nacional Brasileiro. **III) LEITURA, DISCUSSÃO E**  
23 **APROVAÇÃO DAS: a) ATA DA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA,**  
24 **REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2015.** O Vice-Presidente do Confea Antonio Carlos Alberio  
25 disponibilizou alguns minutos para que os Conselheiros se manifestassem. Não havendo  
26 nenhuma manifestação, colocou em votação a Ata da Primeira Sessão Plenária Extraordinária,  
27 realizada em 15 de julho de 2015. Votaram favoravelmente os Conselheiros Federais AFONSO  
28 FERREIRA BERNARDES, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO  
29 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO  
30 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS  
31 JUNIOR e PAULO LAERCIO VIEIRA. Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros Federais  
32 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, FRANCISCO SOARES DA SILVA e WILIAM ALVES  
33 BARBOSA. **b) ATA DA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM**  
34 **11 DE AGOSTO DE 2015.** O Vice-Presidente do Confea Antonio Carlos Alberio disponibilizou  
35 alguns minutos para que os Conselheiros se manifestassem. Não havendo nenhuma  
36 manifestação, colocou em votação a Ata da Segunda Sessão Plenária Extraordinária, realizada  
37 em 11 de agosto de 2015. Votaram favoravelmente os Conselheiros Federais AFONSO  
38 FERREIRA BERNARDES, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO  
39 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, JOLINDO RENNO COSTA, LUCIO  
40 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS  
41 JUNIOR e PAULO LAERCIO VIEIRA. Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros Federais  
42 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, FRANCISCO SOARES DA SILVA e WILIAM ALVES  
43 BARBOSA. **IV - EXPEDIENTE: a) CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS. b)**

44 **CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS.** O Vice-Presidente do Confea Antonio Carlos Alberio  
45 informou que a relação dos destaques das correspondências recebidas e expedidas está  
46 disponibilizada no domínio eletrônico. Os conselheiros federais que desejarem alguma cópia  
47 poderão solicitá-la à Assistência Técnico-Administrativa ao Plenário e às Comissões, por meio  
48 de formulário próprio. **V – APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES PELA**  
49 **DIRETORIA EXECUTIVA DA MÚTUA:** Diretor de Benefícios da Mútua Jorge Roberto da  
50 Silveira, efetuou apresentação mediante arquivo disponibilizado aos conselheiros federais no  
51 domínio eletrônico, item "Para Conhecimento". **Às quatorze horas de treze de abril de dois**  
52 **mil e dezesseis o Vice Presidente Antonio Carlos Alberio interrompeu a Sessão**  
53 **Plenária Ordinária nº 1.429. Às dez horas e trinta minutos de quatorze de abril de**  
54 **dois mil e dezesseis o Presidente Confea José Tadeu da Silva reiniciou a Sessão**  
55 **Plenária Ordinária nº 1.429. VI – COMUNICAÇÕES: d) DAS COMISSÕES: d.1)**  
56 **COMISSÃO DE ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CEEP):** O Conselheiro Federal Paulo  
57 Roberto Lucas Viana mediante arquivo disponibilizado no domínio eletrônico, item  
58 "Comunicações", fez o seguinte pronunciamento: Bom dia, Sr. presidente, bom dia, senhores  
59 conselheiros. Informes Gerais da CEEP para a Sessão Plenária nº 1429, dias 13, 14 e 15 de  
60 abril de 2016. A 2ª Reunião Ordinária da CEEP ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de março de 2016,  
61 no Confea, em Brasília/DF. Presenças: Eng. Mec. PAULO ROBERTO LUCAS VIANA –  
62 Coordenador; Geol. PABLO SOUTO PALMA – Coord. Adjunto; Eng. Agr. CÉLIO MOURA  
63 FERREIRA; Eng. Eletric. CARLOS BATISTA DAS Neves. Nos dias 28 e 29 de março de 2016,  
64 ocorreu o Treinamento Regional dos Membros das Comissões de Ética dos Creas – REGIÃO  
65 NORTE, no Crea-PA, em Belém/PA. Contou com a participação do Cons. Fed. Paulo Roberto  
66 Lucas Viana - Coordenador da CEEP, Cons. Fed. Carlos Batista das Neves – membro da CEEP,  
67 Cons. Fed. Antonio Carlos Alberio representante do Crea-PA, e da Cons. Reg. Vice-Presidente  
68 do Crea-PA Beatriz Ivone Costa Vasconcelos. Como Instrutores estavam presentes: Cons. Reg.  
69 do Crea-AC Soraya Elizabeth Valle D’Albuquerque, Cons. Reg. do Crea-PI Wilton Fontenelle,  
70 Cons. Reg. do Crea-GO Jovanilson Faleiro de Freitas, Assessor Técnico do Crea-PR Paulo Cesar  
71 Markovicz, Assessora Jurídica do Crea-SC Márcia Ida Dutra de Azeredo Coutinho, Assessora  
72 Jurídica do Crea-AM Gabriella Monteiro Machado. Além do Assessor Jurídico do Confea João  
73 Augusto de Lima, e o Assessor da CEEP Frederico Madeira Ribeiro. O Treinamento da Região  
74 Norte contou com a participação, entre Conselheiros Regionais e Assessores de: 5 participantes  
75 do Acre, 8 do Amazonas, 7 do Amapá, 6 do Pará, 5 de Rondônia, 7 de Roraima e 8 do  
76 Tocantins. O treinamento busca o alinhamento de conhecimentos e metodologia para preparar  
77 os Conselheiros Regionais quanto ao fluxo do processo ético no Sistema Confea/Crea,  
78 legislação básica (Resoluções nº 1.002, nº 1.004 e Decisão Normativa nº 74, e outras) com  
79 apresentação de palestras, modelos de processos, mostrando os ritos processuais necessários  
80 ao bom entendimento e acompanhamento dos procedimentos de denúncias de falta ética nos  
81 Regionais. Nos dias 11 e 12 de abril de 2016, ocorreu o Treinamento Regional dos Membros das  
82 Comissões de Ética dos Creas – REGIÃO SUDESTE no Crea-SP, em São Paulo/SP. Contou com a  
83 participação do Cons. Fed. Pablo Souto Palma, Coordenador Adjunto da CEEP e do Coordenador  
84 da Comissão de Ética do Crea-SP José Roberto Vieira Lins. Como Instrutores estavam  
85 presentes: Cons. Reg. do Crea-GO Jovanilson Faleiro de Freitas, Cons. Reg. do Crea-PI Wilton  
86 Fontenelle, Assessora Jurídica do Crea-SC Marcia Ida Dutra de Azeredo Coutinho, Assessora  
87 Jurídica do Crea-RJ Glaucia Yunes Gomes. Além da Ex-Cons. Reg. do Crea-ES Wânia Nassif  
88 Marx, representando o Presidente do Confea, e os Assessores do Confea Gabriel Mazon Toffoli e  
89 Pasqual Satalino. O Treinamento da Região Sudeste contou com a participação, entre  
90 Conselheiros Regionais e Assessores de: 6 participantes do Espírito Santo, 9 de Minas Gerais, 8  
91 do Rio de Janeiro e 12 de São Paulo. A CEEP está realizando a sua 2ª Reunião Extraordinária da  
92 CEEP durante a Sessão Plenária nº 1.429 (13, 14 e 15 de abril de 2016), no Confea em  
93 Brasília/DF. Célio falasse como é que foi lá, onde ele coordenou os trabalhos juntamente com o  
94 nosso colega Carlos Neves. **d.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E ATRIBUIÇÃO**  
95 **PROFISSIONAL:** O Coordenador da Comissão Osmar Barros Júnior, mediante arquivo  
96 disponibilizado no domínio eletrônico, item "Comunicações", fez o seguinte pronunciamento:  
97 Boa tarde a todos. Os informes da CEAP está disponível para consulta dos senhores  
98 conselheiros, vou me ater aqui a nossa reunião ordinária. No período, os integrantes da CEAP  
99 reuniram-se em 28 de janeiro de 2016 para a Reunião de Instalação, ordinariamente no  
100 período de 21 a 23 de março de 2016, em Brasília-DF (2ª Ordinária), e extraordinariamente em

101 10 e 11 de março (3ª Extraordinária). Em 22 de março, dentro da 2ª reunião ordinária da  
102 CEAP, foi realizada conjuntamente com a CONP reunião na qual foi analisado o projeto de  
103 resolução que substitui a Resolução nº 1.010, de 2005. Diplomados no exterior, diplomados  
104 pautados em Sessão Plenária 58 processos, dentro dessas atividades, dessa reunião ordinária  
105 aconteceu no dia 22 de março, e isso eu queria dar destaque, uma reunião conjunta com a  
106 CONP, fizeram parte também os membros da CEEP, onde foram tratados assuntos ligados a  
107 discussão substitutiva da resolução 1.010, então essa reunião foi um momento extremamente  
108 produtivo, onde saiu uma deliberação, que recebeu o nome de Deliberação nº 001/2016-  
109 CEAP/CONP, uma deliberação conjunta que está encaminhando, digamos assim uma Minuta de  
110 uma nova proposta de Resolução substitutiva da tão conhecida e tão cobrada a resolução  
111 1.010. como destaque também das atividades da CEAP, aconteceu uma reunião externa na  
112 Secretaria de Educação Superior – SESu MEC, no dia 05/04/2016, do nosso Sistema  
113 compareceram, o engenheiro José Gilberto Pereira de Campos – SIS Confea; o nosso  
114 assistente Fábio Henrique Giotto Merlo, engenheiro Jorge Silveira, e o Diretor Mútua: Julio  
115 Fialkoski, essa reunião também foi uma reunião muito produtiva, onde se tratou de assuntos  
116 diversos, ligados a formação profissional, e de uma maneira bem resumida, esse material  
117 gerou um breve relatório aqui da CEAP, mas de forma bem resumida, os encaminhamentos  
118 propostos nessa reunião são no sentido de retomada de grupos de trabalho para o  
119 fortalecimento do ensino de engenharia, é uma coisa que a gente vem lutando sempre aí, e  
120 sempre que a gente puder estar junto, trabalhando junto com o Sistema educacional, nós  
121 vamos estar lutando, essa sempre foi a nossa proposta de trabalho desde o início. uma  
122 cobrança muito grande, a gente que analisa processos de instituições de ensino; processos de  
123 revisão de atribuição, enfim, ligados a área de educação, é que as diretrizes nacionais  
124 curriculares sejam revistas também, então a gente faz a nossa parte aqui, mas o Conselho  
125 Nacional de Educação também tem que fazer a parte dele lá, a maioria das diretrizes  
126 curriculares são antigas, e carecem de revisão, então eu acho que esse trabalho conjunto, ele  
127 vai um pouco nesse sentido. O nosso relatório, ele também apresenta como sempre um quadro  
128 estatístico, que são os diplomados por Crea, então por Crea, são 12 Creas, a grande maioria  
129 vem do estado de São Paulo, mas tem outros Creas aí. os processos de registros por  
130 nacionalidade, são 11 nacionalidades, a maioria de profissionais de nacionalidade portuguesa;  
131 os diplomados por títulos, são também 11 títulos, a maioria de engenheiros civis, e os  
132 diplomados por país são 11 países e a maioria é Portugal, além desses informes, estão  
133 disponíveis arquivos também para consulta que tratam de deliberações de diversas  
134 informações gerais de cadastramento de cursos e de instituições, esse material está disponível  
135 e a disposição de todos os senhores. Muito obrigado, Sr. presidente. **d.3) COMISSÃO DE**  
136 **ORGANIZAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS (CONP):** O Coordenador da comissão Mário  
137 Varela Amorim cumprimentou a todos e mediante arquivo disponibilizado no domínio  
138 eletrônico, item “Comunicações”, fez o seguinte pronunciamento: Boa tarde. Cumprimentamos  
139 o presidente em exercício do Confea, conselheiro Albério; Cumprimentamos o diretor da Mútua,  
140 Jorge Silveira, em seu nome cumprimentar todos os diretores da Mútua e servidores;  
141 Cumprimentar o colega Jorge Nei, coordenador do CDEN; cumprimentar o colega Léo Soares  
142 de Oliveira, coordenador nacional das câmaras de agrimensura, senhores conselheiros federais,  
143 lideranças do Sistema e da Copimera aqui presente; servidores do Confea, internautas.  
144 INFORME 002/2016 – CONP: No período, os integrantes da CONP reuniram-se  
145 extraordinariamente no dia 15 de março de 2016, para trata da proposta de resolução que  
146 dispõe sobre o regulamento eleitoral do Sistema Confea. B- No dia 22 de março de 2016, a  
147 CONP realizou reunião extraordinária, em conjunto com a CEAP, na qual foi discutido e  
148 aprovado o projeto de resolução que altera a Resolução nº 1.010, de 2005. C – A CONP reuniu-  
149 se ordinariamente nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2016, em Brasília-DF: Foram analisados  
150 5 (cinco) processos/protocolos relativos à assuntos diversos: PT CF-5107/2015 - Proposta nº  
151 008/2015-CTGL - solicita que a CONP viabilize a participação de especialista em pesquisa  
152 científica nas reuniões da CTGL; PC CF-2195/2012 e PC CF-2268/2012 - Denúncia contra o  
153 Crea-PR; PC CF-1930/2014 - Revisão de atribuição profissional; e PC CF-0221/2016 - Denúncia  
154 feita pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Limeira contra o Crea-SP. Foram  
155 analisados 5 (cinco) processos relativos à registro de entidade de classe e instituição de ensino  
156 superior: Instituto Rondoniense de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE-RO; Associação  
157 Tocantinense de Engenharia de Segurança do Trabalho – ATEST; Associação dos Engenheiros

158 Agrônomos do Estado do Acre – AEAEAC; Instituto Tecnológico e das Ciências Sociais Aplicadas  
159 e da Saúde do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora - CENSA; e Associação dos  
160 Engenheiros Agrônomos de Porto Alegre - AEAPA. Foram analisados 12 (doze)  
161 processos/protocolos relativos a propostas de normativos, dentre os quais destacam-se: PC CF-  
162 2449/2015 - Atos Administrativos que revogam os Atos Normativos nº 002/86-Crea-GO e nº  
163 003/86-Crea-GO; PC CF-2774/2014 - Ato Normativo que dispõe sobre o registro e fiscalização  
164 das atividades de Engenharia de Segurança do Trabalho, do Crea-ES; PT CF-0492/2015 - Ato  
165 Administrativo nº 008, de 16 de novembro de 2015, do Crea-GO; PC CF-2235/2015 e PC CF-  
166 2913/2015 - Atos normativos que revogam os atos normativos nº 006/1991-Crea-GO, nº  
167 002/1995-Crea-GO, nº 001/1996-Crea-GO, nº 003/2005-Crea-GO e nº 004/2005-Crea-GO; PC  
168 CF-0354/2014 - Proposta de revisão do regimento do Crea-ES; PC CF-2423/2014 - Alteração  
169 do regimento do Crea-SC; PC CF-0524/2012 - Alteração da Resolução nº 1.003, de 2002, que  
170 aprova as normas gerais para elaboração de regimento de Crea; PC CF-0248/2015 - Estudo  
171 para alteração da Resolução nº 1.021, de 2007, conforme diretrizes da Decisão PL-1747/2014  
172 Confea; e PC CF-1172/2015 - Proposta de resolução que discrimina as atividades e  
173 competências profissionais do engenheiro acústico e insere o título na Tabela de Títulos  
174 Profissionais do Sistema Confea/Crea. Foram analisados 2 (dois) processos relativos à  
175 verificação de regularidade da composição plenária dos Regionais: Crea-MA e Crea-ES,  
176 exercício de 2015. A comissão ainda deliberou sobre a realização de treinamento customizado  
177 sobre renovação do terço e registro de entidades de classe e instituições de ensino superior, e  
178 sobre dúvidas suscitadas pela GTE acerca da aplicação das Resoluções nº 1.070 e 1.071, de 15  
179 de dezembro de 2015. *D– Próxima reunião da CONP: A 3ª Reunião Ordinária da CONP será  
180 realizada nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, em São Paulo-SP. Brasília-DF, 4 de abril de  
181 2016. São essas as informações da CONP, Sr. presidente. Obrigado. d.4) COMISSÃO DE  
182 CONTROLE E SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA (CCSS):* O Coordenador da comissão  
183 Lúcio Antonio Ivar do Sul fez o seguinte pronunciamento: Boa tarde a todos. o informe da  
184 CCSS vamos fazer um resumo bem consistente, a CCSS informa que realizou a sua segunda  
185 reunião ordinária, nos dias 9/10/11 de março na cidade de Brasília, nos dias 28/29/30 de  
186 março também em Brasília na sede do Confea, até o momento essa comissão analisou 57 itens  
187 de assuntos afetos a sua competência, emitindo 35 deliberações e 22 despachos com  
188 encaminhamentos diversos. de acordo com o calendário e aprovado pelo Conselho diretor de  
189 CCSS realizar a sua terceira extraordinária, nos dias 18/19 e 20 de abril, em São Luis, na sede  
190 do Crea local. Esse é o relato. Obrigado. **d.5) COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO  
191 INSTITUCIONAL DO SISTEMA:** O Coordenador Adjunto da Comissão Wiliam Alves Barbosa  
192 fez o seguinte pronunciamento: Sr. Presidente e senhores conselheiros, e demais convidados,  
193 boa tarde. A CAIS se reuniu agora na semana passada aqui em Brasília, e nesse período  
194 também estávamos tendo reuniões da comissão organizadora da SOEA e do CNP, e a CAIS  
195 aproveitou e participou das duas reuniões, de maneira que as demandas e necessidades desses  
196 dois eventos estão sendo encaminhados com toda prioridade pela comissão, temos o calendário  
197 da organização desses eventos bastante apertado, mas graças a Deus tem fluído muito bem.  
198 também agora participamos do Colégio de Presidentes que foi realizado em Curitiba, também  
199 no Colégio de Presidentes pegando todas as demandas e encaminhamentos o mais rápido  
200 possível. em termos de processos, as deliberações da CAIS vão ser todas apresentadas aqui  
201 nessa Plenária ainda, de maneira que dispensa maiores comentários agora, e temos tocado a  
202 rotina da comissão normalmente. Obrigado. **Às treze horas e quinze minutos de treze de  
203 abril de dois mil e dezesseis, o Vice-presidente Antonio Carlos Alberio interrompeu a  
204 Sessão para almoço. Às quinze horas o Presidente do Confea José Tadeu da Silva  
205 reiniciou a Sessão. VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: a) AD  
206 REFERENDUM: VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: a) AD  
207 REFERENDUM: 1) PC CF-0238/2016. Interessado: Confea. Assunto: Aprova a indicação do  
208 ex-Conselheiro Federal Eng. Agr. João Francisco dos Anjos em substituição ao Eng. Agr.  
209 Osvaldo Danhoni, como titular na Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de  
210 Certificação de Unidades Armazenadoras. **Portaria AD-Nº 087, de 26 de fevereiro de 2016.**  
211 O Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto solicitou vista do processo. Vista concedida.  
212 **2) Processo: CF-0635/2016. Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Aprova a  
213 prorrogação do prazo para entrega da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Confea,  
214 dos Creas e da Mútua, referente ao exercício de 2015. Portaria AD-Nº 044, de 1º de****

215 **fevereiro de 2016.** Referendada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais  
216 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS  
217 ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI  
218 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA  
219 FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO  
220 LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM  
221 ALVES BARBOSA. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro Federal LEONIDES ALVES DA  
222 SILVA NETO. **3)** Processo: CF-0343/2016. Interessado: Sistema Confea/Crea. Assunto: Aprova  
223 a distribuição dos recursos orçamentários do Prodesu, no exercício 2016, para os Regionais.  
224 **Portaria AD-nº 051, de 2 de fevereiro de 2016.** Referendada. Votaram favoravelmente os  
225 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO  
226 MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA  
227 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, PAULO  
228 LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se  
229 de votar os senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA  
230 SILVA NETO, OSMAR BARROS JUNIOR e PABLO SOUTO PALMA. **4)** Processo: CF-2453/2015.  
231 Interessado: Crea-MT. Assunto: Aprova o aditivo de prazo ao convênio nº 071/2015 entre o  
232 Confea e o Crea-MT, para 31 de dezembro de 2016. **Portaria AD-Nº 052, de 2 de fevereiro**  
233 **de 2016.** Referendada. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO  
234 FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO,  
235 CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI  
236 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA,  
237 PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.  
238 Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES  
239 ALVES DA SILVA NETO e OSMAR BARROS JUNIOR. **5)** Processo: CF-2051/2015. Interessado:  
240 Crea-SE. Assunto: Aprova o aditivo para redução do valor do convênio nº 053/2015 entre o  
241 Confea e o Crea-SE. **Portaria AD-Nº 053, de 2 de fevereiro de 2016.** Referendada.  
242 Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
243 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS  
244 NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
245 SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,  
246 RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os  
247 senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO e  
248 OSMAR BARROS JUNIOR. **6)** Processo: CF-1886/2015. Interessado: Crea-AM. Assunto: Aprova  
249 o aditivo de prazo ao convênio nº 056/2015 entre o Confea e o Crea-AM, para 30 de junho de  
250 2016. **Portaria AD-Nº 074, de 18 de fevereiro de 2016.** Referendada. Votaram  
251 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
252 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS  
253 NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
254 SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,  
255 RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os  
256 senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO e  
257 OSMAR BARROS JUNIOR. **7)** Processo: CF-2717/2015. Interessado: Crea-SE. Assunto: Aprova  
258 o aditivo de prazo ao convênio nº 070/2015 entre o Confea e o Crea-SE, para 28 de maio de  
259 2016. **Portaria AD-Nº 065, de 15 de fevereiro de 2016.** Referendada. Votaram  
260 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
261 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS  
262 NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
263 SOARES DA SILVA, MARIO VARELA AMORIM, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,  
264 RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os  
265 senhores Conselheiros Federais JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO e  
266 OSMAR BARROS JUNIOR. **8)** Protocolo: CF-0884/2016. Interessado: Confea. Assunto: Aprova a  
267 adesão à causa da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB destinada ao estabelecimento das  
268 bases de manifestação contrária ao aumento da carga tributária. **Portaria AD-Nº 082, de 24**  
269 **de fevereiro de 2016.** Referendada por unanimidade. Presentes os senhores Conselheiros  
270 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, ANTONIO  
271 CARLOS ALBERIO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO

272 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES  
273 ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS  
274 JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e  
275 WILIAM ALVES BARBOSA. **REGISTRO:** Em face da ausência momentânea do Presidente do  
276 Confea José Tadeu da Silva, Vice-Presidente Antonio Carlos Alberio assumiu a condução dos  
277 trabalhos. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: c) PEDIDO DE**  
278 **RECONSIDERAÇÃO: 1)** Processo: CF-1484/2014. Interessado: Poços Artesianos Água Branca  
279 Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1063/2015, do Confea que manteve o  
280 Auto de Infração Nº 2012016105, lavrado pelo Crea-RS, por infração à alínea “e” do art. 6º da  
281 Lei nº 5.194, de 1966, contra a pessoa jurídica Poços Artesianos Água Branca Ltda. **Relator:**  
282 **Conselheiro Federal Mário Varela Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto  
283 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais  
284 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA  
285 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
286 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS  
287 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,  
288 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **2)**  
289 Processo: CF-2361/2014. Interessado: Armazéns Gerais Planalto Ltda. Assunto: Pedido de  
290 reconsideração da Decisão PL-0138/2015, do Confea, que manteve o Auto de Notificação nº  
291 2011000236, lavrado pelo Crea-MG em 04 de fevereiro de 2011, por infração ao art. 59 da Lei  
292 nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Mário Varela**  
293 **Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de  
294 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
295 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA  
296 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO  
297 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA  
298 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO  
299 ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **3)** Processo: CF-2348/2013. Interessado:  
300 Lopafer Indústria e Comércio de Metais Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-  
301 0498/2015, do Confea, que não conheceu o presente pedido de reconsideração interposto pela  
302 pessoa jurídica LOPAFER Indústria e Comércio de Metais Ltda, por não apresentar novos fatos e  
303 argumentos que justifiquem invalidar ou modificar a Decisão PL-0159/2014. **Relator:**  
304 **Conselheiro Federal Mário Varela Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto  
305 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais  
306 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA  
307 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
308 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS  
309 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,  
310 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **4)**  
311 Processo: CF-1435/2014. Interessado: Genino Pedrosa – ME. Assunto: Pedido de  
312 reconsideração da Decisão PL-0592/2015, do confea, que manteve o Auto de Infração nº  
313 2010001764, lavrado pelo Crea-MG em 8 de setembro de 2010 por infração ao art. 59 da Lei  
314 nº 5.194, de 1966, contra a empresa Genino Pedrosa - ME e dá outras providências. **Relator:**  
315 **Conselheiro Federal Mário Varela Amorim.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto  
316 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais  
317 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA  
318 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
319 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS  
320 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,  
321 PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **5)**  
322 Processo: CF-2365/2014. Interessado: Junqueira Transportes, Serviços e Comércio Ltda.  
323 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1075/2015, do Confea, que manteve o Auto  
324 de Infração nº 2013000704, do Crea-MG, referente à pessoa jurídica denominada Junqueira  
325 Transportes Serviços e Comércio Ltda e dá outras providências. **Relator: Conselheiro**  
326 **Federal Francisco Soares da Silva.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto  
327 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais  
328 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA

329 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
330 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS  
331 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,  
332 PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **6)**  
333 Processo: CF-2874/2014. Interessado: Plastichapa – Artefatos de Fibras de Vidro Ltda.  
334 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1081/2015, do Confea, que manteve o Auto  
335 de Infração nº 2010020962, lavrado pelo Crea-RS, contra a pessoa jurídica Plastichapa Artigos  
336 de Fibras de Vidro Ltda., por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.  
337 **Relator: Conselheiro Federal Jolindo Rennó Costa.** Aprovado por unanimidade, o relatório  
338 e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros  
339 Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS  
340 BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,  
341 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO,  
342 MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO  
343 PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.  
344 **7)** Processo: CF-2455/2014. Interessado: Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza  
345 Girando o Sol Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1077/2015, do Confea,  
346 que manteve o Auto de Infração nº 2012014491, do Crea-RS, referente à pessoa jurídica  
347 denominada Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Girando o Sol Ltda. **Relator:**  
348 **Conselheiro Federal Jolindo Rennó Costa.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto  
349 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais  
350 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA  
351 DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
352 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS  
353 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA,  
354 PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **8)**  
355 Processo: CF-0475/2015. Interessado: Crea-BA. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão  
356 PL-2367/2015, do Confea, que aprovou a Composição do Plenário do Crea-BA para o exercício  
357 de 2016, e dá outras providências. **Relator: Conselheiro Federal Paulo Laércio Vieira.** O  
358 Conselheiro Federal Alessandro José Macedo Machado solicitou vista do processo. Vista  
359 concedida. **9)** Processo: CF-0775/2015. Interessado: Tecnólogo em Construção  
360 Civil/Edificações Dennys Paulo de Oliveira Azevedo. Assunto: Pedido de reconsideração da  
361 Decisão PI-1132/2015, do Confea, que anulou a a Notificação/Auto de Infração nº  
362 0012VVM2013BR, lavrada em 2 de abril de 2013 pelo Crea-GO por infração ao art. 82 da Lei  
363 nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, combinado com a Lei nº 4.950-A, de 1966, contra a  
364 Agência Goiana de Habitação S.A. **Relator: Conselheiro Federal Paulo Laércio Vieira.**  
365 Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração.  
366 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO  
367 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL  
368 ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA,  
369 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM,  
370 OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO  
371 LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **10)** Processo:  
372 CF-3018/2014. Interessado: Fábio A. B. Miguel Monte Aprazível – EPP. Assunto: Pedido de  
373 reconsideração da Decisão PL-1288/2015, do Confea que manteve Mantém o Auto de Infração-  
374 AI nº 157/2012, lavrado pelo Crea-SP, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, contra  
375 a pessoa jurídica, FÁBIO A. B. MIGUEL MONTE APRAZÍVEL-EPP. **Relator: Conselheiro Federal**  
376 **Célio Moura Ferreira.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido  
377 de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA  
378 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO  
379 MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA,  
380 JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA,  
381 MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO  
382 VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e WILIAM ALVES BARBOSA. **11)** Processo: CF-  
383 1099/2014. Interessado: A. Buhler S/A Curtume. Assunto: Pedido de reconsideração da  
384 Decisão PL-1470/2014, do Confea, que manteve o Auto de Infração nº 2008002296, lavrado  
385 em 16 de outubro de 2008, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de

1966, contra a pessoa jurídica A. Buhler S/A Curtume. **Relator: Conselheiro Federal Alessandro José Macedo Machado.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **12)** Processo: CF-2145/2015. Interessado: BRF Brasil Foods S/A. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-0614/2015, do Confea, que manteve o Auto de Infração e Notificação nº 2012/8-303318-001, lavrado pelo Crea-PR em 16 de julho de 2012, infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, contra a pessoa jurídica BRF - Brasil Foods S/A. **Relator: Conselheiro Federal Carlos Batista das Neves.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **13)** Processo: CF-2633/2014. Interessado: BRF Brasil Foods S/A. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-0616/2015, do Confea, que manteve o Auto de Infração e Notificação nº 2012/8-303321-001, lavrado pelo Crea-PR em 16 de julho de 2012, infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, contra a pessoa jurídica BRF - Brasil Foods S/A. **Relator: Conselheiro Federal Carlos Batista das Neves.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **14)** Processo: CF-2634/2014. Interessado: BRF Brasil Foods S/A. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-0615/2015, do Confea, que manteve o Auto de Infração e Notificação nº 2012/8-303320-001, lavrado em 16 de julho de 2012, pelo Crea-PR, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977 contra a pessoa jurídica BRF - Brasil Foods S/A. **Relator: Conselheiro Federal Carlos Batista das Neves.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **Às doze horas de quatorze de abril de dois mil e dezesseis, o Presidente do Confea José Tadeu da Silva interrompeu a Sessão para almoço. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos o Presidente do Confea José Tadeu da Silva reiniciou a Sessão. VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE PROCESSOS: c) PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: CONTINUAÇÃO: 15)** Protocolo: PC 0497/2015. Interessado: Crea-TO. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-2492/2015, referente à composição do plenário do Crea-TO para o exercício de 2016. **Relator: Conselheiro Federal Daniel Antonio Salati Marcondes.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA e RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA. **16)** Processo: CF-1392/2014. Interessado: Galvanotécnica Anduri Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-0589/2015, do Confea, que



443 manteve o Auto de Infração nº 2012051680, do Crea-RS, por descumprimento do art. 59 da  
444 Lei nº 5.194, de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Daniel Antonio Salati Marcondes.**  
445 Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração.  
446 Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO  
447 JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL  
448 ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA,  
449 LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA,  
450 MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO  
451 VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES  
452 BARBOSA. **17)** Processo: CF-0542/2014. Interessado: Crea-RO. Assunto: Pedido de  
453 reconsideração da Decisão PL-2364/2015 que não acolheu o pedido de reconsideração da  
454 Decisão Plenária nº 1429/2014, visto que não foi atendido o critério de admissibilidade que se  
455 refere à apresentação de novos fatos e argumentos pela parte interessada. **Relator:**  
456 **Conselheiro Federal Damiel Antonio Salati Marcondes.** Aprovado por unanimidade, o  
457 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores  
458 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO  
459 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI  
460 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA  
461 SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA  
462 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO  
463 ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **18)**  
464 Processo: CF-2017/2014. Interessado: Expresso Cardoso Ltda. Assunto: Pedido de  
465 reconsideração da Decisão PL-0599/2015, do Confea, que manteve o Auto de Infração nº  
466 2013000335, lavrado pelo Crea-MG, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, contra a  
467 empresa Expresso Cardoso Ltda. **Relator: Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva**  
468 **Neto.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de  
469 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
470 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
471 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO  
472 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS  
473 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **19)** Processo: CF-0240/2015.  
474 Interessado: MMGB Engenharia e Arquitetura Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da  
475 Decisão PL-1535/2015, do Confea, que manteve a decisão do Plenário do Crea-MG, PL/MG nº  
476 367/2014, de 6 de novembro de 2014, contra a empresa MMGB Engenharia e Arquitetura Ltda.  
477 **Relator: Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado por unanimidade, o  
478 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores  
479 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO  
480 MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO  
481 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS  
482 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA  
483 e WILIAM ALVES BARBOSA. **20)** Processo: CF-1057/2015. Interessado: Concretize Serviços de  
484 Concretagem Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração da Decisão PL-1108/2015, que manteve  
485 o Auto de Infração nº 20147/8-040493-001, lavrado pelo Crea-PR, por reincidência em infração  
486 ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977. **Relator: Conselheiro Federal**  
487 **Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado  
488 em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA  
489 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,  
490 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO,  
491 LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR  
492 BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **21)** Processo: CF-  
493 1058/2015. Interessado: Concretize Serviços de Concretagem Ltda. Assunto: Pedido de  
494 reconsideração da Decisão PL-1109/2015, que manteve o Auto de Infração 2014/8-052222-  
495 001, lavrado pelo Crea-PR, reincidência em infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 07 de  
496 dezembro de 1977. **Relator: Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado  
497 por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os  
498 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO  
499 MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO

500 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS  
501 MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA  
502 e WILIAM ALVES BARBOSA. **22)** Processo: CF-1059/2015. Interessado: Concretize Serviços de  
503 Concretagem Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1110/2015, do Confea,  
504 que manteve o Auto de Infração 2014/8-052223-001, lavrado pelo Crea-PR, por reincidência  
505 em infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977. **Relator: Conselheiro**  
506 **Federal Leonides Alves da Silva Neto.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto  
507 fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais  
508 AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO  
509 SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES  
510 ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO  
511 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES  
512 BARBOSA. **23)** Processo: CF-1757/2014. Interessado: Paulo Roberto Amaral Assunção.  
513 Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1971/2015, do Confea, que anulou o Auto de  
514 Infração 2013/8-127870-001, lavrado pelo Crea-PR, contra a pessoa física Paulo Roberto  
515 Amaral Assunção, por infração ao art 1º da Lei nº 6.496, de 1977, quando deveria ter sido  
516 lavrado contra o proprietário da obra por exercício ilegal da profissão, capitulado na alínea "a"  
517 do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, conforme orientado no inciso II do art 4º da Decisão  
518 Normativa nº 74, de 2004 e dá outras providências. **Relator: Conselheiro Federal Lucio**  
519 **Ivar do Sul.** O Conselheiro Federal Alessandro José Macedo Machado solicitou vista do  
520 processo. Vista concedida. **24)** Processo CF-1382/2014. Interessado: Ouro Verde Papeis e  
521 Embalagens Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1492/2014, que conheceu  
522 o recurso interposto pela interessada, mantendo-se o Auto de Infração nº 2012014362, lavrado  
523 pelo Crea-RS, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, contra a  
524 pessoa jurídica Ouro Verde Papeis e Embalagens Ltda. **Relator: Conselheiro Federal Lúcio**  
525 **Antonio Ivar do Sul.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido  
526 de reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA  
527 BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES,  
528 FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO,  
529 LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR  
530 BARROS JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES  
531 BARBOSA. **25)** Processo: CF-2440/2014. Interessado: Daniel Rocha de Carvalho. Assunto:  
532 Pedido de reconsideração da Decisão PL-0556/2015, que manteve o Auto de Infração e  
533 Notificação nº 0154NIM2012AA, lavrado pelo Crea-DF, por infração à alínea "a" do art. 6º da  
534 Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Lúcio Antônio**  
535 **Ivar do Sul.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de  
536 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
537 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO  
538 SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO  
539 ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS  
540 JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **26)** Processo: CF-1626/2014.  
541 Interessado: Incinera Tratamento de Resíduos Ltda. Assunto: Pedido de reconsideração da  
542 Decisão PL-0570/2015, do Confea, que manteve a Notificação/Auto de Infração nº  
543 1520MPS2012EH, do Crea-GO contra a pessoa jurídica Incinera Tratamento de Resíduos Ltda.  
544 **Relator: Conselheiro Federal Marcos Motta Ferreira.** Aprovado por unanimidade, o  
545 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores  
546 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO  
547 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI  
548 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA  
549 SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA  
550 AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO  
551 ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **27)**  
552 Processo: CF-1181/2015. Interessado: Supermix Concreto S/A. Assunto: Pedido de  
553 reconsideração da DEcisão PL-1561/2015, que manteve o Auto de Infração nº 2014/8-004627-  
554 001, lavrado pelo Crea-PR em 17 de março de 2014. **Relator: Conselheiro Federal Osmar**  
555 **Barros Júnior.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de  
556 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,

557 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA  
558 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO  
559 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARIO  
560 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,  
561 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.  
562 **28)** Processo: CF-1182/2015. Interessado: Supermix Concreto S/A. Assunto: Pedido de  
563 reconsideração à Decisão PL-1562/2015, que manteve o Auto de Infração nº 2013/8-227341-  
564 001, lavrado pelo Crea-PR em 10 de março de 2014. **Relator: Conselheiro Federal Osmar**  
565 **Barros Júnior.** Aprovado por unanimidade, o relatório e voto fundamentado em pedido de  
566 reconsideração. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
567 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA  
568 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO  
569 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, LUCIO ANTONIO IVAR DO SUL, MARIO  
570 VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR, PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA,  
571 PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA.  
572 **29)** Processo: CF-1768/2014. Interessado: P&R Loteadora e Incorporadora Ltda. Assunto:  
573 Pedido de reconsideração da Decisão PL-1285/2015, que manteve o Auto de Infração nº  
574 2012/8-348514-001, lavrado pelo Crea-PR, por infração ao art. 59 da Lei 5.194, de 1966.  
575 **Relator: Conselheiro Federal Afonso Ferreira Bernardes.** Aprovado por unanimidade, o  
576 relatório e voto fundamentado em pedido de reconsideração. Presentes os senhores  
577 Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO  
578 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI  
579 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA  
580 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,  
581 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO  
582 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **INVERSÃO DE PAUTA: EXTRAPAUTA: c)**  
583 **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO: 1)** Processo: CF-2503/2013. Interessado: Indústria de  
584 Brinquedos Junges. Assunto: Pedido de reconsideração da Decisão PL-1107/2014, do Confea,  
585 que manteve a aplicação do Auto de Infração Nº 2011/008944, lavrado pelo Crea-RS contra a  
586 pessoa jurídica INDÚSTRIA DE BRINQUEDOS JUNGES LTDA, por infração ao Art. 59, da Lei nº  
587 5.194 de 1966. **Relator: Conselheiro Federal Afonso Ferreira Bernardes.** Aprovado por  
588 unanimidade, o relatório e voto fundamentado na forma apresentada pelo Relator. Presentes os  
589 senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES, ALESSANDRO JOSE MACEDO  
590 MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI  
591 MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA  
592 SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA AMORIM, OSMAR BARROS JUNIOR,  
593 PABLO SOUTO PALMA, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO  
594 DA SILVA PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. **VII – ORDEM DO DIA: VII.1 – RELATO DE**  
595 **PROCESSOS: a) AD REFERENDUM: CONTINUAÇÃO: 1)** PC CF-0238/2016. Interessado:  
596 Confea. Assunto: Aprova a indicação do ex-Conselheiro Federal Eng. Agr. João Francisco dos  
597 Anjos em substituição ao Eng. Agr. Osvaldo Danhoni, como titular na Comissão Técnica  
598 Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. **Portaria AD-Nº**  
599 **087, de 26 de fevereiro de 2016.** Face o Conselheiro Federal Leonides Alves da Silva Neto  
600 ter devolvido o processo sem apresentação do relatório e voto fundamentado, a Portaria AD  
601 087, de 2016, foi colocada em apreciação e votação, a qual foi referendada. Votaram  
602 favoravelmente os senhores Conselheiros Federais AFONSO FERREIRA BERNARDES,  
603 ALESSANDRO JOSE MACEDO MACHADO, CARLOS BATISTA DAS NEVES, CELIO MOURA  
604 FERREIRA, DANIEL ANTONIO SALATI MARCONDES, FRANCISCO SOARES DA SILVA, JOLINDO  
605 RENNO COSTA, LEONIDES ALVES DA SILVA NETO, MARCOS MOTTA FERREIRA, MARIO VARELA  
606 AMORIM, PAULO LAERCIO VIEIRA, PAULO ROBERTO LUCAS VIANA, RAUL OTAVIO DA SILVA  
607 PEREIRA e WILIAM ALVES BARBOSA. Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros  
608 Federais OSMAR BARROS JUNIOR e PABLO SOUTO PALMA. **As matérias encaminhadas para**  
609 **conhecimento do Plenário foram disponibilizadas no Domínio Eletrônico, no item**  
610 **“PARA CONHECIMENTO”.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Confea José Tadeu  
611 da Silva **declarou encerrada a Sessão Plenária Ordinária nº 1.429 às dezenove horas e**  
612 **vinte minutos de quinze de abril de dois mil e dezesseis.** Para constar, eu, **CLÉCIA**  
613 **MARIA DE ABRANTES MOREIRA,** Assistente da Mesa Diretora do Plenário, lavrei a presente

614 Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as suas páginas e, ao  
615 final, assinada por mim e pelo senhor Presidente para que produza os efeitos legais.-.-.-.-.-.

**Eng. Civ. José Tadeu da Silva**  
**Presidente**

**Clécia Maria de Abrantes Moreira**  
**Assistente do Plenário**

## **ANEXO I – APRESENTAÇÃO SOBRE AS 20 RECOMENDAÇÕES PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO PAÍS - DEPUTADO FEDERAL PELO PSDB-SP JOÃO PAULO TAVARES PAPA.**

**JOÃO PAULO PAPA (Deputado Federal)** – Obrigado, presidente. Bom dia a todos. É um prazer, é uma honra grande para mim como engenheiro participar de um encontro tão importante quanto esse aqui no Confea. É a primeira vez que eu visito esse prédio, é a primeira vez que eu participo de uma reunião nesse Plenário de onde saem as principais e mais importantes decisões para a engenharia nacional, decisões essas que envolvem a vida de milhares de engenheiros em todos os estados da Federação, todas as cidades entre os quais eu me incluo. Eu queria aqui cumprimentar o presidente Jose Tadeu, agradecer pelo convite, cumprimentar os membros da mesa, o engenheiro Modesto Ferreira, o engenheiro Jorge Nei Britto, o engenheiro Paulo Roberto Queiros Guimarães, presidente da Mútua, o engenheiro Jose Sousa dos Reis Filho, o engenheiro Antonio Carlos Albério, todos os conselheiros federais que estão aqui, funcionários do Sistema, e iniciar essa fala, lembrando até a minha juventude, meu início na carreira de engenheiro com a aproximação que lá em Santos, na minha terra natal, os estudantes de engenharia já faziam em relação ao Sistema participando ativamente da associação de engenheiros e arquitetos de Santos, que é onde sempre tivemos também a presença do Crea, o escritório regional do Crea de São Paulo sempre ficou abrigado na própria sede da associação de engenheiros e essa convivência foi sempre muito produtiva para a engenharia da nossa região e como bem o presidente lembrou, eu lembrei agora, já não me recordava desse momento da minha vida, ainda enquanto estudante de engenharia de fato eu tive uma participação como auxiliar de fiscalização do Crea, na época a convite do engenheiro Andre Monteiro Defásio, Santista que muitos dos senhores conhecem, já presidiu o Crea e teve uma participação muito ativa no Sistema, especialmente lá em São Paulo. A ideia desta conversa, não se trata de uma palestra, mas um diálogo com os engenheiros de todo o país aqui representado pelos conselheiros é abordarmos com um pouco mais de profundidade os desafios atuais da área de saneamento do nosso país. Aqui todos os conselheiros conhecem bem a realidade do saneamento, aliás, as dificuldades, as diferenças nessa importante infraestrutura, elas de certa maneira são reflexos das dificuldades e diferenças socioeconômicas das regionais do nosso país. O Brasil vive de fato um cenário muito adverso na área de saneamento, mais da metade da população brasileira não tem acesso, o que é fundamental, que é a coleta dos esgotos gerados, mais da metade, portanto mais de cem milhões de brasileiros convivem diariamente com esgoto e com todas as consequências dos problemas de qualidade de vida e de saúde que essa realidade impõe a nossa população, portanto é uma área que precisa ser encarada com muita responsabilidade e com uma visão nova, com uma visão de quem tem consciência do precisa ser feito e do atraso que já está estabelecido no setor. Nós temos hoje um plano nacional de saneamento que tem previsões e uma delas, a mais importante talvez e desafiadora seja chegarmos a universalização do sistema em 20 anos a partir de 2013, isso significa dizer que em 2033 o Brasil então teria superado essa grande dificuldade que chega a envergonhar o nosso país que é a deficiência no setor de saneamento, por outro lado, nós sabemos e isso está sendo retratado anualmente nos relatórios de produção na área que no ritmo atual, nós não chegaremos a universalizar a área de saneamento no país nem em 2060, o que é de fato uma tragédia e uma vergonha internacionalmente falando, além dos problemas do dia a dia. Esse ano a congregação das igrejas cristãs no Brasil, lideradas pela igreja católica decidiu, o Conselho das Igrejas Cristãs decidiu colocar o tema saneamento como tema central da Campanha da Fraternidade desta vez e já tem sido assim nos últimos anos, uma campanha ecumênica, o que dá uma abrangência ainda maior do esforço do povo cristão em relação a um tema que não se trata de uma instituição técnica, trata-se de instituições religiosas, percebendo a importância do tema para o país, então a ideia aqui foi, primeiro eu estou integrado, engajado na Campanha da Fraternidade, eu sei que o Confea também e os Creas do Brasil inteiro podem fazer muito por essa matéria e decidimos então trazer aqui a convite do Confea o que foi feito no ano passado em 2015 na matéria e o que nós engenheiros do Brasil inteiro podemos fazer em relação a esse tema. Eu gostaria então de iniciar e coloquei as 20 recomendações, porque estamos em um ambiente mais técnico, mostrando aqui o que foi feito. A discussão foi feita no ano passado e as conclusões que elas geraram ao final do ano. Eu sou estrepante, sou engenheiro como já disse e sou estrepante na Câmara dos Deputados e, assim, que cheguei a Câmara procurei então os espaços que eu entendia mais adequados para poder exercer a minha profissão no

âmbito do Parlamento brasileiro. Decidi por duas comissões permanentes, a primeira delas a Comissão De Desenvolvimento Urbano e a segunda comissão que eu escolhi e participo é a Comissão de Aviação e Transporte, entendi que aí seriam os dois espaços mais adequados para poder desenvolver a experiência de vida e profissional na Câmara dos Deputados e a primeira decisão que tomei ao chegar, mesmo com a pouca experiência legislativa foi propor a criação e consegui êxito nesse momento de uma Subcomissão dedicado ao tema Saneamento, ela tem o nome de Universalização do Saneamento Básico e do Uso Racional da Água – Subágua, essa comissão teve uma grande participação nos trabalhos legislativos do ano de 2015. Foram oito meses de trabalho; 12 instituições do setor de saneamento participaram ativamente de todas as audiências; várias atividades realizadas e ao final de muito trabalho ao longo do ano chegamos a 20 recomendações que são na verdade, consensos do setor, acho que nesse ano se nós pudermos contar com a importante participação do Confea também nos trabalhos da comissão, nós ainda teremos muito a enriquecer nessas 20 recomendações e outras que poderão ser apresentadas e discutidas adiante. As principais, o governo esteve presente através da secretaria nacional de saneamento, a AESBE que é a entidade que hoje representa 73% de todos os serviços de saneamento no país que são as grandes companhias estaduais como a SABESP, SANEPAR, enfim, as empresas estaduais de saneamento. A ASSEMAE que é uma entidade também nacional muito importante que representa os serviços municipais, são menores, a participação é menor, mas enriqueceu muito a participação da ASSEMAE, a CNM, ABCON; ABAR; ABES parceira de sempre no setor, a FUNASA que cuida dos pequenos municípios, enfim todas essas instituições participaram, trazendo as suas experiências, discutindo e fazendo propostas para o setor avançar e aí é o final de todo esse processo rico de discussão. Também ouvimos por internet, todas as audiências foram sempre transmitidas como essa e, houve, de fato uma interação muito grande com os interessados no Brasil inteiro e chegamos a 20 recomendações, a primeira delas e que eu considero a mais desafiadora, mas também a mais importante é a questão da reorganização institucional do setor e por que isso é necessário? Hoje, só em termos de Ministérios, nós temos 7 Ministérios brasileiros cuidando de saneamento, sete e quem sete, tem alguma dificuldade, os senhores imaginam para quem vive numa cidade com pouco ou nenhuma infraestrutura na área e ter que começar tudo do zero e ter que se relacionar, não saber exatamente a quem recorrer para poder dar os primeiros passos é uma coisa inadmissível, então a primeira recomendação vai no setor de uma reorganização de uma centralização. Nós queríamos ousar um pouco mais e propor o seguinte para o governo brasileiro, olha, todas as estruturas atuais que cuida do saneamento devem ser reunidas em um Ministério único, no caso, não é Ministério hoje, mas no guarda chuva da secretaria nacional de saneamento, mas percebemos que o momento político, as dificuldades políticas não permitiria um ato tão transformador em matéria de administração e acabamos propondo a centralização efetiva da política nacional de saneamento na secretaria, ainda que a execução possa ser ainda por algum tempo que não é o ideal, mas possa ser dividida por várias outras estruturas no governo. A segunda recomendação foi já efetivada e o resultado concreto do trabalho realizado, que foi criar na Câmara dos Deputados um Espaço permanente de discussão sobre saneamento básico para cuidar do tema saneamento. A comissão a que eu me referi foi a criação de Subcomissão Permanente de Saneamento Ambiental no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de promover debates, realizar estudos e apresentar propostas relacionadas à agenda do saneamento ambiental, em caráter permanente e em diálogo com as instituições do Setor de saneamento. Ela tem um tempo de duração, ela se inicia e inclui exatamente no ano legislativo. Esse espaço está a disposição nesse ano, enfim durante a atual legislatura estará a disposição para que o tema possa ser na Câmara dos Deputados aprofundado e para que ele tenha o peso que merece ter e deve ter. Nós estamos vivendo hoje um impasse institucional na Câmara, na medida em que nenhuma comissão permanente da Câmara foi ainda constituída por conta do impasse que está no supremo tribunal federal nesse momento, a questão da votação da comissão do impeachment gerou uma demanda no supremo, o supremo tomou uma primeira decisão agora nessa semana, mas ainda existem três embargos que serão analisados, segundo informações de ontem, esses embargos do presidente da Câmara serão julgados esta semana até o dia 13 ou 14, ou seja, é possível que a próxima semana o impasse jurídico tenha sido superado aí sim, o presidente vai dar sequencia a composição das comissões, portanto é só nesse momento que nós saberemos quem será o presidente dessa subcomissão, eu trabalho intensamente para que possa ser o presidente, porque presidia a subcomissão especial no ano passado. Eu tive uma boa relação com os

colegas deputados. É importante aqui e aproveitando a sua pergunta Daniel, é importante aqui que quando essa comissão especial foi criada na Câmara o tema saneamento estava de fato muito apagado na Câmara dos Deputados. Desde 2007 quando foi aprovado o atual marco regulatório de saneamento que esse tema desapareceu da pauta da Câmara, uma ação ou outra, um projeto de lei ou outro, mas não há de fato um trabalho sistemático voltado para a área, então como nós construímos uma boa agenda nesse ano, eu acho que há chance de eu conseguir a indicação de ser o presidente dessa comissão que está criada, mas não está constituída é grande e tenho procurado também fomentar junto a deputados de todos os estados o interesse pelo tema, acho que é preciso que nós tenhamos uma bancada mínima, mas uma bancada focada nessa matéria. Talvez na próxima semana, no mais tardar em 15 dias nós já sabermos a constituição quem serão os deputados e quem vai coordenar. A questão que eu sei que é de grande interesse aqui do Confea, são os planos municipais de saneamento, tanto os planos municipais quanto os planos estaduais, o número de municípios que ainda não tem primeiro dos documentos, que é um plano básico para a área de saneamento é enorme, mas de 70% dos municípios do país não tem planos de saneamento e o que significa não ter plano de saneamento? Não ter um plano que a lei determina esse município não tem acesso a qualquer linha de financiamento; não tem acesso a recursos nem da FUNASA se for município com menos de 50 mil habitantes e nem da secretaria nacional de saneamento, portanto 70% dos municípios as vezes não tem, 30% apenas tem segundo levantamento que é realizado ainda de forma-, enfim é uma consulta que a secretaria nacional de saneamento realiza e procura atualizar para cada ano, mas o número hoje é esse mais de 70% dos municípios não tem o primeiro documento, o primeiro passo para poder partir para o projetos e ao final poder realizar as obras necessárias da matéria e por que não tem? Porque não tem recursos disponíveis, não há recursos disponíveis hoje a essa área e porque os municípios muitos deles não têm capacitação técnica, não tem engenharia necessária para poder dar conta dessa tarefa, então a recomendação de número 3 para o governo federal e ela já foi apresentada e aprovada por indicação e trata dos Recursos para os Planos de Saneamento Básico e a destinação de recursos financeiros equivalentes a 5% do Orçamento anual destinado ao saneamento recursos não onerosos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental para o financiamento da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e para o financiamento de estudos, projetos de engenharia e assistência técnica correlatos aos Planos. Prioridade para municípios com mananciais importantes destinados à captação de águas. Indicação nº. 1.916/2015, apresentada em 17/12/15 e Enviada ao Ministro Chefe da Casa Civil em 05/02/2016. A ideia é que haja uma parceria através dos estados, o Ministério faça convênios com os estados, repasse e disponibilize recursos para que cada estado individualmente resolva como quer fazer a contratação desses planos, se quer fazer por bacias hidrográficas, por região administrativa, se quer repassar o recurso para o município e como a realidade brasileira é muito diversa em cada estado, eu acho que isso seria um bom mecanismo para avançarmos nessa matéria, mas a ideia era reservar 5% de recurso para fazer e isso não vai afetar o atual ritmo de investimentos que, aliás, é muito baixo, mas não vai causar graves danos a esse ritmo, mas daria de fato um ganho de qualidade muito grande ao setor. A quarta recomendação trata de Assistência Técnica em Saneamento para os municípios, ou seja, a Criação de Programa Nacional de Assistência Técnica em Saneamento destinado a conferir aos titulares dos serviços públicos de saneamento, os municípios brasileiros, capacidade técnica, institucional e de gerenciamento capaz de fazer frente aos desafios da universalização do abastecimento de água, da coleta e do tratamento dos esgotos. São municípios pobres, não tem nenhuma condição técnica de fazer a lição de casa e nem aquilo que já existe, muitas vezes você tem instalações já construídas há muitos anos e que se perde, a qualidade se perde inclusive nos serviços prestados por falta de assistência técnica, então a ideia é que o governo federal crie um programa nacional de Assistência Técnica e mais uma vez uma oportunidade para o Confea, para os Creas, para a engenharia nacional. A quinta recomendação trata do Financiamento para o desenvolvimento operacional dos prestadores de serviços públicos de saneamento visando a redução de perdas de água, hoje, o Brasil perde mais de 40% da água que trata. Em alguns estados a perda de água chega a 80% ou seja, é preciso atacar também não só a questão dos novos sistemas, mas atacar a reabilitação e a Criação de linha de financiamento especificamente dirigida para o desenvolvimento operacional das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento com vistas à execução de programas de redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento. Há questões aí muito importantes relacionadas também a tarifas

inadequadas. Em muitas regiões do Brasil a tarifa de saneamento é utilizada de forma inadequada na medida em que ela sequer cobra os custos operacionais, o resultado disso faz-se políticas com a tarifa e deixa-se os sistemas se deteriorando, não se consegue recursos para investimentos e sequer consegue-se garantir via tarifa que seria o mínimo a garantia que a atualização do sistema possa ser garantida pela tarifa. A quinta recomendação é o Aperfeiçoamento das formas de subsídios tarifários e não tarifários. Verificação da efetividade dos atuais modelos de subsídios tarifários e não tarifários e elaboração de instrumentos e critérios capazes de assegurar tanto o acesso aos serviços pela população de baixa renda quanto a sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas, considerando também a necessidade de adoção de metodologia de monitoramento permanente dos subsídios. É necessário um novo modelo de política tarifária, com participação social, sustentabilidade, legitimidade e viabilidade comercial nas decisões regulatórias. A oitava recomendação trata da Política Nacional de Reúso da Água para isso é necessário a criação de duas instâncias destinadas à elaboração de propostas para uma Política Nacional de Reúso da Água. Uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados e um Grupo de Trabalho Interministerial envolvendo todos os órgãos do Executivo Federal que detenham experiências e atribuições nesta área. O contexto da crise hídrica e das mudanças climáticas obriga o uso eficiente e racional dos recursos hídricos e implementação de programas de reúso de água. A nona recomendação diz respeito a Erradicação da fraude e do furto de água, ou seja a Elaboração de Plano Nacional de Erradicação da Fraude e do Furto de Água, considerando a necessidade da sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas e também a necessidade de mudança de cultura em relação à água. Para a melhoria da gestão e do controle de perdas é necessária a criação e implementação de programas e políticas públicas de apoio à estruturação e melhoria da gestão das companhias. A recomendação 10 diz respeito a Prioridade para o Saneamento Rural. O Programa Nacional de Saneamento Rural deve ser impulsionado em face não apenas do objetivo nacional de universalização do saneamento, mas, principalmente, da relevância das áreas rurais e de suas populações para o desenvolvimento do País. Trata-se, também, de assegurar o que é previsto no artigo 48 da Lei de Saneamento – meios adequados para o atendimento da população rural dispersa. Atualmente, cerca de 30 milhões de pessoas residem em áreas rurais no Brasil. a recomendação 11 trata da Alteração na Lei de Licitações. É preciso Conferir, de maneira obrigatória, as modalidades de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” aos serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, relativos à elaboração de estudos e projetos de engenharia, gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras. Propiciar a adoção de metodologias de modelagem de informações com a finalidade de conferir eficiência, eficácia e transparências às obras públicas na área de saneamento. É um pleito da indústria a elaboração de editais com princípios de avaliação técnica e preço, para dar mais confiabilidade e qualidade à obra a ser contratada. A recomendação 12 trata da Promoção da eficiência nos serviços de saneamento. A Criação de Selo de Eficiência em Saneamento Básico para as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento em virtude do alcance progressivo das metas de universalização. Reconhecimento dos níveis de excelência na prestação de serviços públicos de saneamento por parte da Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Um desafio do Saneamento é melhorar a qualidade e eficiência na prestação dos serviços, reduzindo as perdas de água. A recomendação 13 diz respeito ao Princípio da comunicação pública para isso foi criada a Instituição do princípio da comunicação pública na Lei de Saneamento para ampliar a transparência e o controle social sobre os serviços públicos de saneamento e garantir o atendimento do interesse público nas ações de comunicação do Setor. É preciso dar mais foco à comunicação do Setor; a população desconhece a importância dos serviços de saneamento. A recomendação 14 trata dos Indicadores e sistema de informações do Setor de saneamento, ou seja, o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS e implantação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, conforme determinado pelo artigo 53 de Lei de Saneamento, e contemplando a adoção de procedimentos de auditoria dos dados e tem como proposta é o fortalecimento do SINISA com dados consistentes, confiáveis, com abrangência e desagregação suficientes para caracterização e avaliação dos serviços nos aspectos institucionais, regulatórios, econômicos, operacionais e de qualidade. A recomendação 15 é o Atlas do Saneamento, ou seja, a atualização do Atlas do Saneamento, elaborado até 2011 por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mediante retomada da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, e integração deste instrumento ao Sistema Nacional de Informações em



Saneamento Básico – SINISA. A gestão com claro incentivo a bons indicadores de desempenho é um dos desafios do Setor de Saneamento. Recomendação 16 trata da Criação de Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB. Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2.290, de 2015, do Sr. José Serra, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – Reisb, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos ao PIS/PASEP e COFINS. A desoneração do PIS/COFINS é uma possibilidade de alavancar recursos necessários para investimentos prioritários das empresas, notadamente os voltados ao combate da crise hídrica. A recomendação 17 trata da Eliminação de restrições para operações de crédito destinadas ao financiamento de ações de saneamento. É importante a existência de recursos públicos, de modo a facilitar o acesso de populações mais pobres aos serviços de saneamento. A recomendação 18 diz respeito a Medição individualizada de consumo de água em condomínios residenciais e comerciais. Existe a Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 663, de 2015, do Sr. Julio Lopes, que dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial. A medição individualizada em condomínios residenciais é uma medida importante para a melhoria da gestão e do controle de perdas de água. A recomendação 19 trata da Instalação de equipamentos redutores do consumo de água nas moradias do Programa Minha Casa Minha Vida. Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 7.499, de 2014, do Sr. Heuler Cruvinel, que torna obrigatória a instalação de equipamentos de energia solar e que contribuam para a redução do consumo de água em moradias do Programa Minha Casa Minha Vida. A ONU afirma que 110 litros de água por habitante por dia são suficientes para o consumo per capita. No Brasil a média é de 166 litros de água por habitante por dia. Por fim, temos a recomendação 20 que diz respeito a Certificação de eletrodomésticos e aparelhos sanitários com uso eficiente de água. Existe Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2.049, de 2015, do Sr. Marcos Abrão, que institui o Selo Pró-Água, para certificação de eletrodomésticos e aparelhos sanitários com uso eficiente de água. A baixa qualidade dos componentes dos sistemas hidráulicos prediais aumenta o desperdício de água. Se nós pudermos fazer uma grande mobilização da engenharia nacional para que o setor de saneamento seja fortalecido, o resultado para o país será entre outros tantos a redução da mortalidade infantil, agora falando, pois falei muita coisa técnica aqui, mas vamos falar dos aspectos sociais do saneamento, avançar, equacionar e resolver definitivamente a questão do saneamento é uma questão de humanidade; uma questão de respeito com a população brasileira, o que nós perdemos de crianças e mesmo adultos com doenças que são perfeitamente evitáveis nos dias de hoje por falta de saneamento é uma coisa absurda, então eu faço aqui um apelo ao Confea, aos Creas, eu sei da preocupação social do Conselho, sei que o engajamento na Campanha da Fraternidade já foi feito desde o primeiro momento, aliás, na próxima sexta feira em São Paulo, na CNBB, na regional sul da CNBB nós teremos uma mobilização que o Confea estará presente, uma mobilização chamada pela Câmara por conta dessa parceria com as igrejas cristãs, porque a nossa preocupação é que esse tema não se esgote ao final da Campanha da Fraternidade e a preocupação com os recursos hídricos não terminem no momento em que as chuvas voltarem a frequência normal. Ainda nessa semana houve uma pequena polêmica em São Paulo, porque a crise está passando e a preocupação é que no momento em que a crise seja superada, o tema não seja superado como algumas vezes ocorreu no passado e, eu tenho absoluta segurança de que a classe dos engenheiros, a nossa classe é a que pode fazer a diferença nessa matéria, se nós não conseguirmos sensibilizar governantes, parlamentos, sociedade civil sobre a importância do saneamento para a vida e para o desenvolvimento das pessoas, os engenheiros não conseguem fazer isso e também parte da classe médica não sei quem fará? Quero concluir aqui, presidente, lembrando que a cidade de Santos, uma cidade que me orgulha muito, pois nasci lá, mas eu acho que é orgulho para São Paulo só é o que é hoje, só chegou ao nível de desenvolvimento que chegou nos dias de hoje e ter um bom nível de desenvolvimento, porque no início do século passado essa cidade perdeu metade da população por doenças transmitidas por veiculação hídrica, metade da população foi perdida em menos de uma década, porque a cidade, é uma cidade plana, um charco e não tinha saneamento e era um porto importante para o Brasil. era um porto na época considerado no mundo todo como um porto maldito, era essa a denominação de porto maldito, porque as populações sabiam o risco que corriam quando aportavam em Santos, diante da crise que era uma crise nacional já que era o porto mais importante do país, o governo federal aquela época

se mobilizou, criou uma comissão de saneamento e foi presidida por um engenheiro como nós todos aqui, o engenheiro Saturnino Sá de Britto que foi a Santos com autoridade de interventor praticamente para implantar o plano de saneamento de Santos. Foi esse plano implantado naquele final de século, do século passado que gerou todo o processo de desenvolvimento que a cidade de Santos consegue manter até hoje. Terminando aqui, dizer que saneamento é uma questão de humanidade; é uma questão de saúde; preservação da vida, de qualidade de vida, mas é também uma questão de desenvolvimento muito clara e acho que ninguém melhor do que a nossa categoria para levar essa mensagem pelo Brasil afora nesse momento de crise, pois não é só a crise hídrica, agora temos a crise dengue, zika e tudo mais, mas também que nós superarmos essa crise, porque ainda há um período longo, um caminho longo até chegarmos ao ponto Idea. Quero mais uma vez agradecer esse espaço e me colocar sempre a disposição desse Conselho que eu tenho a honra de alguma maneira participar. Muito obrigado.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – O deputado Paulo Papa é engenheiro, conhece muito bem a nossa legislação, a nossa lei 5.194, ela coloca logo no artigo 1º a luz que vai iluminar todos os demais artigos de uma lei e quando a gente interpreta muito bem o artigo 1º de uma lei, a gente já sabe o que vai vir no bojo dessa lei e a nossa lei 5.194, ela coloca de forma muito clara, muito explícita e está escrito lá: “As profissões de engenheiro, e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos”, portanto isso já mostra o papel social que tem o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, não é apenas um Conselho corporativo para defender a categoria, mas para fiscalizar a categoria e cumprir também com esse papel social, que é o resultado do nosso trabalho, o interesse social e humano, foi por isso que nós ingressamos de imediato, já no carnaval quando já lançaram o tema da Campanha da Fraternidade, o Confea já fez o chamamento a categoria para participar como profissionais da área nessa Campanha, como bem colocou o deputado, a visão que nós tivemos ao ingressar e participar dessa campanha ecumênica de todas as instituições cristãs e as organizações religiosas, elas tem como fundamento a vida humana e nós ficamos também com essa visão de que eles colocaram para a sociedade brasileira a reflexão sobre a importância da água e do saneamento e que no entendimento nosso e do Confea é que não se esgotasse na páscoa, esse tema não deve parar por aí, o tema deve ser permanente como é a comissão permanente e, assim, a gente dê continuidade disso e não temos dúvida nenhuma que o conhecimento, o notório saber dos profissionais, um milhão e meio de profissionais inscritos neste Sistema, trezentas mil empresas. Tem tudo a ver para que essa reflexão e esse chamamento que a CNBB encabeçou e nos chama para a Campanha da Fraternidade, nós não poderíamos estar fora. O deputado citou a cidade de Santos que no século passado a metade da população veio ao óbito em função das doenças por veiculação hídrica, Saturnino de Britto é o nome que esse Plenário deu a esse prédio. Recentemente o vice presidente Albério relatou um processo para que desse o nome e eu falasse do Saturnino como engenheiro, como um grande sanitário, um dos maiores do Brasil para ter o nome aqui do prédio, haviam outras propostas de outros nomes, mas o Saturnino, ele mereceu, ele foi fundador da FEBRAI, a FEBRAI que eu presido hoje com sede no Rio de Janeiro, na principal avenida da Rio Branco, no prédio do clube de engenharia que foi fundado em 1870 e lá está a sede da FEBRAI e foi o Saturnino que arrumou todo aquele prédio lá para o clube de engenharia, para o Crea do Rio de Janeiro na época foi uma dívida do Saturnino de Britto. Nós sabemos dos canais de Santos, todos projetados lá pelo Saturnino e que veio cumprir esse papel social para a população de Santos, portanto foi um trabalho de engenheiro e quem resolveu esse problema para Santos, lógico participação do governo, da população, mas o cérebro, o notório conhecimento, conhecimento intelectual e o deputado falou na lei de licitações e nós e o Confea estamos participando lá na discussão, tanto na Câmara como no Senado acompanhando que nós entendemos que se pode fazer por pregão eletrônico a compra de canetas BIC ou qualquer outra coisa, pode fazer por pregão eletrônico, mas pregão eletrônico de projetos de engenharia, de serviços de engenharia não dá para ser, tem que ter o mínimo de qualidade, o mínimo de qualificação e a gente conta com a atuação do deputado lá como engenheiro também para nos engajar nessa batalha, cujo resultado do nosso conhecimento, do nosso trabalho, do nosso exercício profissional visa o nosso semelhante, eu sempre digo que Deus quando pegou o mundo, o universo que era um caos e o organizou o planeta, ele ficou muito preocupado, na mão de quem que eu vou por para cuidar do planeta? Quem vai cuidar? Nós temos aí 30 Conselhos de Profissões, nós temos

os médicos que cuida de quem está doente, nós temos os advogados que vivem resolvendo os conflitos nos tribunais, os operadores do direito; os economistas que uma hora o Brasil está em crise e daí a pouco a crise muda, volta de novo, mas cuidar dos recursos naturais e garantir saúde e boa qualidade de vida para todo o ser humano é o resultado do trabalho do engenheiro. É bíblico. Deus olhou para todas essas profissões e falou assim: Os engenheiros, os profissionais da engenharia, agronomia, os agrônomos que produzem os alimentos, são vocês que tem tomar conta disso e colocou na nossa mão e é essa a nossa responsabilidade profissional. Deputado, nós queremos participar e já estamos participando em todas as questões do Congresso Nacional que envolve a área tecnológica, a ciência, a tecnologia, as inovações, porque nós detemos esse conhecimento, neste um milhão e meio de profissionais, nós temos profissionais de alto gabarito que leva conhecimento até para os outros países, nós temos empresas brasileiras que fazem serviços sim em outros países e esse reconhecimento que a gente gostaria de ter dos nossos governantes e nos colocar todo esse exército de profissionais a disposição do Congresso Nacional; a disposição da Câmara Federal e nós gostaríamos que o senhor fosse o portador junto aos seus pares lá, no sentido de quando falar do Confea, falar dos Creas, falar da Mútua, lembrar que nós somos os profissionais do bem, e tivemos essa missão divina para fazer o bem as pessoas, garantir saúde para as pessoas e a gente fala até que o médico, ele cuida quando a pessoa está doente e nós temos que fazer as medidas preventivas, as preventivas envolve saneamento, é a engenharia, não é um pronunciamento corporativista, mas um pronunciamento no sentido de que mostre para aqueles que decidem, aqueles que nomeiam, aqueles que decidem pelo país e qualquer país para ser grande como tem os demais, grandes, fortes e com boa qualidade de vida para a população, 70% do poder de decisão está na mão de engenheiro e no Brasil isso não ocorre, está longe disso. Nós temos um projeto no Senado que reconhece e é do Homero Juca que está relatando lá, deu o relato favorável só falta votar no Senado que institui os profissionais da engenharia como carreira de estado, são os auditores dos tribunais, os auditores fiscais da Receita, são todos carreira de estado. A engenharia diante dessa importância tem que ser carreira de estado também. Pediria que o senhor pedisse o voto favorável a carreira de estado, porque realmente passa a entrar dentro do poder de decisão para ajudar o país a resolver essa questão que o senhor colocou que 70% dos municípios não tem equipes técnicas para poder resolver o problema do saneamento, não tem mágica, não é o vereador, não é o prefeito, não é o secretário, quem vai resolver é o reconhecimento técnico, e para isso tem que ter lá, o secretário de obras tem que ser um engenheiro, o secretário de planejamento, o secretário do meio ambiente, da prefeitura, no governo do estado, enfim. O deputado foi prefeito de Santos, o senhor lembra-se do Murilo? Trabalhou com o senhor lá, engenheiro, trabalhou com o senhor na Associação, meu amigo, o prefeito colocou o presidente da associação lá na secretaria dele em Santos, então deputado, é essa a colocação que nós fazemos, no sentido de que precisamos garantir qualidade de vida e o Conselho, e nós profissionais temos que realmente mostrar a sociedade que nós somos profissionais que quando exercemos a nossa profissão, nós estamos realizando algo de interesse social, interesse público e interesse humano conforme está esculpido na nossa lei que regulamenta a profissão a 5.194. Deputado, nós temos alguns conselheiros inscritos para formular perguntas e o primeiro inscrito é o conselheiro Jolindo e depois nós temos o conselheiro Daniel. O Jolindo é o conselheiro representante do estado de São Paulo nesse Plenário.

**JOLINDO RENNÓ COSTA (Conselheiro Federal/SP)** – Bom dia, deputado. Eu achei bastante oportuna essa fala e de extrema relevância, uma vez que está sendo conduzido por uma pessoa que conhece bem o assunto, tem uma formação profissional técnica, suficiente para estar embasado e levar avante essa missão nossa de buscar qualidade de vida para a nossa população. A gente bem sabe que hoje a gente está passando por uma crise de valores, isso está bem notório para toda a população nossa, mas cabe ressaltar que a questão de saneamento, é uma questão de saúde pública e de extrema relevância para nossa área de engenharia, porque envolve realmente os engenheiros fazendo serviços até para atender a medicina, que é a busca da eliminação que nós estamos tendo de uma maneira geral e, diante das 20 recomendações que foram feitas, é lógico que tem uma matriz maior que envolve praticamente todo o congresso, que é aquela matriz que foi criada pela CF, na qual um a concentração extremamente exagerada dos recursos na mão da Federação, e essa concentração exagerada dos recursos na mão da Federação, na verdade, pela própria situação que nós passamos, na verdade, deveria ter havido uma desconcentração, porque não é

possível que os municípios fiquem com a fatia menor para o município onde vive o cidadão, onde que os problemas que ocorrem, então quando você tem uma legislação praticamente perfeita ambiental, uma legislação muito bem acomodada em outros segmentos, muito bem também exposta, de nada adianta se você não tem recursos e se você não tem também fundamentalmente a educação. Eu posso falar com tranquilidade nesse sentido, porque eu fui vereador por três mandatos em Mogi das Cruzes pelo PSDB, e a gente observa sim na periferia, aqueles que conhecem a periferia das cidades que Mogi das Cruzes tem meio milhão hoje de habitantes, e quem conhece a periferia sabe perfeitamente do que eu estou falando, os problemas que nós temos lá, tem um problema seriíssimo, que é o problema maior, que é o problema educacional, problema da educação, não adianta a gente estar fazendo todo o trabalho de saneamento, se a população, ela estiver um nível pelo menos do entendimento das necessidades dele, não adianta a gente fazer aqueles recursos que muitas vezes a SABESP vai lá, faz um limpeza no rio e no dia seguinte tem sofá jogado no rio, tem um lixo jogado no rio, então essas situações que a gente observa que nós vivemos de um lado, de um lado Brasília e de outro lado que permite que se faça pela própria constituição com um volume exagerado do orçamento e, no entanto delegando para os municípios municipalização de umas séries de atividades sem o recurso, o que eu acho o maior absurdo conforme foi colocado 5% de orçamento para saneamento ambiental, acho um absurdo a gente ficar trabalhando com um orçamento dessa forma que está sendo levado avante, na verdade deveria ter havia uma desconcentração de Brasília, ou seja, o pessoal deveria retornar para a origem e, fazer os trabalhos na origem, pois a necessidade nossa é na origem, e nós sabemos também, voltando para o saneamento, tem estatística que diz que são 40% de perdas de água, o nosso município de Mogi em torno disso também, mas a gente vê também que o estado, ele não poderia estar presente, ele deveria estar através de agências, mas agências realmente com profissionais balizados para estarem fazendo os trabalhos das agências reguladoras, mas determinadas atividades não deveriam estar nas mãos do estado, não deveriam porque o estado a cada 4 anos muda e muda todo mundo das direções dessas autarquias que nós temos aí e que não tem nenhuma política em longo prazo para você equacionar os problemas que são constantes, principalmente nessa área de saneamento que exige um trabalho a médio e longo prazo para se conseguir superar as dificuldades. Dificilmente uma empresa hoje e até na Europa hoje, o volume de investimento para troca de tubulações que tem problemas de vazamento já é um valor inferior, pelo menos o que tenho conhecimento é um valor pequeno do orçamento e nós temos sempre aqueles programas que não fazem esse índice de quase 40%, ele é difícil de atingir para diminuir bastante, porque exige uma política que deveria ser uma política de médio e longo prazo, na qual a concepção nossa e das próprias empresas de saneamento não serem empresas do próprio governo. Seriam essas as minhas colocações. Deputado, a palestra foi muito boa, mas eu gostaria que o senhor levasse avante essas observações.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Vou pedir que todos façam as colocações bem breves e, em seguida, o deputado responde de uma vez só. Conselheiro Daniel Salati.

**DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia)** – Deputado, tudo bem? Como também sou morador do estado de São Paulo, faço minhas as palavras do colega que me antecedeu, e gostaria de dizer ao senhor que me chamou muita atenção o item 4, assistência técnica, sem corporativismo, eu acho que deveria quando se tratar do item 4 deixar bem claro que essa assistência técnica deveriam ser profissionais de nível superior para comandar, pois caso contrário nós não atingiríamos justamente o que o senhor colocou e como as leis no Congresso Nacional, elas são muito abertas, muitas vezes elas são desvirtuadas e trazem problemas sérios depois, mas eu gostaria de dizer ao senhor que foi neste momento muito importante a vinda do senhor até aqui porque o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia está colaborando com a Campanha da Fraternidade, se o senhor olhar, lá no fundo nós temos limpeza urbana, nós estamos entrando e fazendo um trabalho simples e, inclusive aí tem a mão do presidente ou a cabeça do presidente, no sentido de que seja algo bem simples para que nós consigamos atingir a população de uma maneira geral, mas além disso, ainda na Campanha da Fraternidade nós teremos, essa é uma proposta que nós iremos fazer por esses dias, entre hoje e amanhã no final de junho aqui dentro uma conferência internacional da água, justamente água, saneamento e energia, e nós queremos atingir justamente umas séries de pontos que o senhor colocou, então nós gostaríamos até de contar já que o senhor vai ser o presidente da comissão, contar com a sua colaboração não só

estando presente, mas também na elaboração do nosso programa e até divulgação desse programa. O que nós teremos dentro de dois anos, em 2018, nós teremos aqui um congresso mundial da água e isso será discutido aqui no Brasil, será uma continuidade do que aconteceu na Coréia, então nós aproveitaremos tudo isso e, sem mais delongas, porque outros colegas também querem usar a palavra, eu gostaria de cumprimentar o senhor, tendo em vista que são 20 itens importantes. Eu fui durante quase 10 anos diretor de meio ambiente da SESP em São Paulo e eu conheço o senhor de Santos, lógico que o senhor era muito mais importante do que eu, mas eu ouvi falar muito do senhor pelo trabalho, e acompanhei todas aquelas pequenas cidades ao longo do rio Paraná quando nós estávamos fechando a primavera, e a medida que o senhor foi discorrendo, eu fui me lembrando tanto do lado de São Paulo como lado do Mato Grosso do Sul todo esse cenário que o senhor colocou aí. Meus parabéns e vou torcer pelo senhor ser o presidente da comissão, independentemente disso. Em nome do Conselho eu o convido a fazer parte da elaboração de nosso programa que seria no dia 27, 28 e 29 de julho, onde o principal técnico está aí a sua esquerda, o Rivelino da seleção de 70. Muito obrigado.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Temos a inscrição do Paulo Guimarães.

**PAULO ROBERTO QUEIROZ GUIMARÃES (Diretor Presidente da Mútua)** – Eu gostaria de cumprimentar pela brilhante apresentação, excelentíssimo deputado federal João Paulo Papa que nos brindou esta manhã com todo o conhecimento nessa questão com os 20 itens referentes a questão do saneamento, a sua importância e em comunhão com a Campanha Ecumênica da Fraternidade. Gostaria de ressaltar deputado que a importância do saneamento e a questão na sua apresentação me fez remeter inclusive a toda uma experiência que tivemos quando e eu sou professor na PUC Campinas e lá eu coordenei e criei um escritório técnico de apoio a comunidade, realizamos 32 urbanizações de favelas quando tinha alguns pontos de água e o saneamento era a céu aberto, quer dizer, lá nós fizemos parceria com a prefeitura na época na primeira gestão do ex prefeito Jose Roberto Magalhães Teixeira, e desenvolvemos esse trabalho, além de fazer também a questão da fiscalização nas questões das ligações clandestinas de esgotos que eram ligados nas redes das águas pluviais e que muitas delas se deslocavam até a lagoa do taquaral, que é uma área de lazer e de preservação também. Nesse trabalho todo que nós realizamos foi fundamental a parceria da instituição de ensino com o poder público, acho que esse ponto nós devemos sempre ressaltar e lá no curso de engenharia sanitária, na época engenharia civil, hoje sanitária ambiental, da qual eu tive o prazer de ser o relator neste Plenário das atribuições do engenheiro ambiental, na época representava as escolas de engenharia e hoje que está representando o nosso conselheiro Osmar Barros, e o que eu gostaria de incentivar deputado seria nessa linha, de buscar no poder público e a universidade nesse trabalho de educação como disse o conselheiro Jolindo, preventivo em relação a importância do uso da água e do saneamento básico, e ressaltar ao nosso presidente Jose Tadeu e ao senhor citaram o engenheiro Saturnino Brito que a nossa Mútua, que é o braço assistencial da Caixa de Assistência aos Profissionais, ela foi idealizada pelo engenheiro Saturnino Brito que tinha essa visão humana, um engenheiro humano, essa visão social, e depois foi dada continuidade pelo engenheiro Enildo Barros e outros que participaram e sempre o presidente Jose Tadeu cita essa questão, que é fundamental na história da criação da nossa Mútua Caixa de Assistência aos profissionais. Parabéns deputado, e colocamos a Mútua a disposição nesse projeto também.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – O próximo inscrito é o coordenador do Colégio de Presidentes, o presidente do Crea/RN, Modesto. O Modesto é o coordenador dos 27 Creas, então ele representa aqui os 27 Creas do país. Ele foi eleito no nosso encontro de lideranças, no dia 25 de fevereiro, portanto ele está representando todos os Creas do país. Presidente Modesto.

**MODESTO FERREIRA DOS SANTOS FILHO (Coordenador do Colégio De Presidentes):** – Bom dia, presidente Tadeu. Bom dia deputado João Paulo. Eu estava me lembrando aqui que há um tempo atrás quando eu estava aqui nessa casa como conselheiro federal, nós fizemos um convite para o secretário geral da CNBB, João Dimas, ele veio aqui, deu uma palestra para a gente sobre ética e depois da palestra com aquela sapiência dele, a gente descobriu que ele era engenheiro e formado no ITA, engenheiro eletrônico com mestrado e tudo. Como sugestão, acho que a palestra do deputado João Paulo Papa que depois eu vou fazer perguntas mais técnicas, mas eu gostaria de sugerir a este Plenário e ao senhor que chamasse o

secretário geral da CNBB, já que o tema da Campanha da Fraternidade é saneamento para a casa da engenharia e, assim, ele também possa interagir com o nosso Sistema para também referendar o trabalho passado de Dom Dimas que bem honrou a CNBB. Eu sou oriundo do setor elétrico, trabalho ainda no setor elétrico, então vou fazer uma pergunta mais técnica. Eu fiquei estarrecido e aí é verdade pelos índices colocados, principalmente de perdas, quatro vezes mais do que o setor elétrico, pelo menos na empresa que nós trabalhamos. Eu entendi também, pelo menos a minha percepção foi de crítica que existiam 7, 8 órgãos trabalhando em saneamento no Brasil, eu quero dar o exemplo aqui de Creas do Brasil, MG; BA, eles tem convênios com a FUNASA e pratica também através de seus Conselhos regionais que são trabalhos exitosos pela informação que eu tenho MG e BA tem uma política também de Crea e Funasa para fazer a execução de uma política de saneamento, então a minha pergunta é básica, o Brasil fez um programa chamado "Luz para Todos", quais são os gargalos para que se crie o saneamento para todos no Brasil? Obrigado, deputado. Parabéns pela explanação.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Obrigado presidente Modesto. Agora temos a última inscrição que é do conselheiro Alessandro, que representa o estado da Bahia.

**ALESSANDRO JOSÉ MACEDO MACHADO (Conselheiro Federal/BA)** – Bom dia, Sr. presidente. Bom dia, deputado. Quero parabenizar pela palestra, aproveitando a colocação do presidente Modesto, a Bahia já dispõe de um programa que foi lançado em 1 de abril de 2014 junto com a Funasa de apoio a 50 municípios, então se esse programa puder ser extensivo a todos os estados brasileiros dará um grande aporte para a engenharia e, além desse programa, quero ser breve, e citar que nós temos um projeto de lei que já trata do projeto de infraestrutura para todos os municípios, então esse projeto de lei praticamente está pronto, e gostaríamos de apresentá-lo para dar suporte a engenharia nacional a contornar esse problema que existe em todo o nosso país.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Antes de ter mais inscritos, eu vou passar a palavra ao deputado João Paulo para que ele possa fazer a sua manifestação sobre as colocações já postas pelos 5 primeiros inscritos.

**JOÃO PAULO PAPA (Deputado Federal)** – Primeiro uma colocação geral, que vale para tudo que foi comentado aqui. O saneamento nunca deu muito ibope, nunca deu muito voto, nunca foi uma coisa que sensibilizou governantes, aliás, se dizia até bem pouco tempo que obra de saneamento era obra enterrada, não gera voto, essa é uma primeira questão. Segunda questão que ainda dentro da área de saneamento e a área de saneamento é muito ampla, não é só água, trata de água, trata de esgoto; trata de lixo; trata de drenagem, dentro desse campo amplo que o saneamento trata, o tema que sempre foi mais sensível foi o fornecimento de água para o abastecimento público, o restante foi literalmente colocado de lado pelo país, vejam a quantidade de lixões apesar da nossa legislação para definir um prazo que já não foi cumprido, agora foi dilatado e também não será cumprido, enfim a quantidade de lixões que as cidades brasileiras continuam mantendo, contaminando solo, criando problemas gravíssimos para a saúde de quem mora no entorno. Vejam os graves problemas de drenagem, de macro drenagem que cidades ricas até as cidades mais pobres do país vivem, como São Paulo, tem o problema de São Paulo capital mais rica do país e vive graves problemas relacionados a macro drenagens, não foi totalmente equacionado, então no guarda chuva de saneamento, o fornecimento de água por uma questão de sobrevivência das pessoas sempre teve o apelo maior, o restante ficou efetivamente de lado, só que o aumento da população brasileira, concentração em regiões metropolitanas, enfim, acabou trazendo o tema a luz efetivamente diante do quadro que nós estamos gerando nessas regiões de alta concentração de pessoas, estamos matando os rios por falta, aí nesse momento enquanto você não vê o esgoto, canaliza, as pessoas não vêem não sensibilizam tanto, não preocupa tanto a quem não é técnico, mas na hora que o rio morre aí a notícia, a gravidade do efeito comove e começa a mobilizar as pessoas, isso aconteceu no Brasil há pouco tempo. Há pouco temo o Brasil percebeu que o rio Tietê na cidade mais rica do nosso país estava morto e que era uma vergonha, aliás, antes ele já estava morto, mas na hora que ele começou a gerar odores insuportáveis a população próxima, aí é que de fato o assunto passou a ter a relevância que tem hoje, a Bahia de Guanabara, nós vamos agora realizar no Rio de Janeiro, tem conselheiro do Rio de Janeiro sempre fico preocupado quando falo da Bahia de Guanabara, mas mesmo assim é um tema, o Brasil sediar um evento mundial dos maiores eventos, que são as olimpíadas, parte dos esportes praticados nos jogos olímpicos se dá em água e a Bahia

de Guanabara é um espetáculo de tudo aquilo que não se deve ter em matéria de saneamento e nós vamos mostrar isso para o mundo, aliás, algumas matérias já tem mostrado a realidade, porque a maior parte das cidades que estão nas margens da Bahia de Guanabara não tem esgoto tratado, não tem solução para o esgoto, portanto esgoto in natura e as toneladas por minuto chegando naquele espaço tão nobre de uma cidade que tem a marca como cidade turística, enfim, já falei dos lixões, falei também de drenagem, então o tema saneamento ele não empolgou, não pegou no país. A própria engenharia são poucos os cursos focados, agora mais recentemente lá em São Paulo nós temos a faculdade de saúde pública que tinha lá uma especialização dentro do campus de saúde pública o saneamento, mas com poucas inscrições, pouca participação, o setor, portanto, ele não deu ibope como deveria ter dado, por que, que está dando hoje? Porque hoje com crise hídrica, ameaçando São Paulo, por exemplo, aquilo foi um susto para o país, não foi só para o paulistano e para o morador da região metropolitana, o susto grande, inclusive com risco de comprometimento da economia nacional, imaginem se faltasse água em São Paulo em larga escala? O que seria do país com o setor econômico tão forte como nós temos em São Paulo sem água? Morte de rios, poluição de praias e de baías nobres, como mencionei aqui a Bahia de Guanabara, então o tema hoje ele entrou com novo vigor na ordem do dia, mais ou menos como aconteceu em Santos no início do século passado como eu disse que foi uma comoção mesmo, uma questão de sobrevivência também do país já que se tratava do porto tão importante para o país naquela altura como é até hoje. Eu diria senhores para todas as colocações que foram colocadas aqui que nós engenheiros e quero me associar aqui a fala do presidente, nós temos um papel a cumprir nessa matéria. Papel de convencimento dos governantes; um papel de convencimento também de articulação com a sociedade civil, porque esse tema de fato não tinha grande apelo, passou a ter agora, mas essas crises podem ser superadas em algum momento, mas a lição de casa continua aí para ser feita. Esse encontro internacional que será feito aqui, eu com muito prazer vou participar, vou acompanhar para poder aprender um pouco mais a respeito do assunto. De fato, o Brasil vai sediar em 2018 o congresso mundial da água, portanto é uma grande responsabilidade e esse congresso será realizado aqui no Distrito Federal, e aproveito a oportunidade para chamar aqui a atenção do Confea, porque a tarefa de organizar no DF esse encontro mundial da água não é nada fácil, e acho que nós podemos ver um papel determinante, porque eu sei que esse assunto não está muito bem nesse momento equacionado, porque é uma tarefa e a candidatura foi do governo do DF, o governo do DF certamente precisará de ajuda, estímulo, apoio que nós podemos dar e fazer um bom papel aqui em 2018, e também em relação a esse evento, o mais importante não é o momento que ele vai acontecer, talvez uma semana, quinze dias, não sei qual é o tempo total do encontro, o importante quando um país sedia um encontro desses são as ações preparatórias, as alterações conceituais e alterações de legislações que precisam ocorrer desde já e, depois o que ficará na sequência, quer dizer, é a oportunidade do país fazer uma grande mobilização em torno do tema água, portanto nós temos que nos preparar não para um encontro de alguns poucos dias com especialistas do mundo todo, a oportunidade é para o nosso país para poder fazer um bom papel no evento é o país se reorganizar nessa matéria e de fato fazer a lição de casa e ter o que apresentar lá naquele momento do encontro, isso que eu acho que é o sentido maior de recebermos aqui o encontro dessa importância. Nas pequenas cidades, a água não há nenhuma assistência técnica de fato. Seria o Daniel que falou nessa questão da assistência técnica que tem que ser qualificada a nível superior. É muito comum quem aqui já não conhece ou não ouviu falar no Zé da água, o Zé da água é normalmente uns pequenos municípios e eu não estou falando dos pequeninos não, lá na minha região tem dois, três municípios que as pessoas sabem quem é o Zé da água, é o Zé da água, porque é um funcionário operacional que cuida ali do que existe com a experiência que a vida lhe deu de cuidar, ele sabe onde estão os registros, porque não tem cadastro, o Zé da água não pode desaparecer, ele não pode sequer tirar férias, porque qualquer mínimo problema ou esse profissional, e não estou desfazendo das experiências de vida adquiridas no dia a dia, mas ou ele está perto ou as coisas não serão resolvidas, então de fato, nós temos um campo enorme pela frente para promover qualificação profissional e aí como bem colocado pelo Paulo, a participação da academia, das universidades é fundamental e temos que fomentar isso com os cursos de engenharia aqui, a matéria, a temática de saneamento ambiental no conceito mais amplo seja ampliada, seja estimulada. Também respondendo aqui o engenheiro Jolindo que falou da alta concentração de recursos da União, eu fui prefeito e sempre trabalhei em administração e vivenciei isso o tempo inteiro, infelizmente esse é o modelo de administração pública brasileira, a concentração de recursos

aqui e os municípios e estados dependendo o tempo inteiro de recursos, favores para poder conseguir resolver seus problemas. Para se ter uma ideia no caso do saneamento e o quanto esse tema é importante, os dados mundiais mostram no mínimo que para um real investido em saneamento básico, cada um real, nós temos uma economia mínima de R\$ 4,03 em saúde pública, na gestão da saúde pública, a relação da boa infraestrutura do saneamento com qualidade de saúde pública é direta, na proporção mínima de um para quatro vírgula três e tem dados que chega até 17, mas eu fico com esse dado mínimo que é mundial. Ainda em relação a alta concentração de recursos em Brasília, no governo central, no caso da saúde nos últimos 10 anos esses dados são públicos a participação do governo federal no custeio de saúde caiu 10% e, conseqüentemente a participação dos municípios cresceu nos estados, mas principalmente cresceu na mesma proporção, quer dizer, a cada dia aumentam as atribuições locais, dos governos locais e que não tem os recursos adequados direcionados para esse rol de atribuições e responsabilidade e entre as responsabilidades municipais está o saneamento, a titularidade dos serviços de saneamento é por força da constituição municipal. Agora, recentemente o Supremo Tribunal Federal decidindo, julgando uma ação que veio do Rio de Janeiro considera que nas regiões metropolitanas, essa última decisão do Supremo que regiões metropolitanas a gestão, a titularidade deve ser compartilhada entre estado e município e na mesma proporção. Essa é uma decisão, presidente que também terá que ser aperfeiçoada, aprofundada, porque não nenhum caso concreto depois da decisão do Supremo que pudesse definir como deve ser feito o saneamento em regiões metropolitanas com esse novo julgado. O engenheiro Modesto fala do setor elétrico, da energia que avançou e criou uma série de programa e Luz para todos e que tem perdas muito menores, de fato a legislação, não só a legislação, mas também os investimentos privados do setor elétrico tiveram um peso muito maior e decisivo do que ocorre na área de saneamento, e essa é uma questão delicada do saneamento. Há uma questão ideológica, uma disputa ideológica bem forte na área de saneamento existe entidades e movimentos, correntes que não aceitam bem a participação do setor privado na área de saneamento, há por outro lado quem defenda que é preciso estimular mais essa participação. Eu procuro desenvolver o raciocínio do equilíbrio, acho que nós temos que ver em primeiro lugar aquilo que é o necessário para a população, nós não podemos ficar esperando mais 50 anos para levar saneamento básico as pessoas, também não acho o caminho da privatização é a solução para todos os males do país nem nessa matéria e em nenhuma matéria, mas acho que nós temos que trabalhar, buscar um equilíbrio, buscar um meio de mecanismos para que de fato haja a participação saudável do investimento privado, mas com controle, controle do estado, definições do estado em relação a essa matéria, porque aí no caso particular trata-se de um bem que é a água e que não pode ser privatizado, quer dizer, o uso da água não pode simplesmente delegado ao setor privado sem regras, portanto esse é um desafio grande, político debater abertamente, debater com disposição de encontrar as melhores soluções, qual é o tamanho e qual deve ser o papel do setor privado nesse desafio e o que deve ser preservado e que não se pode abrir mão por parte do interesse público e da gestão pública. Esse é um tema que permeia todas as questões relacionadas ao saneamento diferentemente do setor elétrico nunca ninguém questionou, se o setor elétrico vai ter e qual o tamanho da participação do setor privado ou se foi superado, mas é uma questão que está colocada na área de saneamento e é uma questão importante. São muitos gargalos também, por exemplo, em comunidades irregulares, invasões de áreas públicas ou privadas e em muitos locais o saneamento não pode entrar, é interessante isso, o setor elétrico de alguma maneira foi resolvendo essas áreas irregulares, o setor elétrico foi resolvendo e a área de saneamento não, quando muito se chega com a água tratada nesses locais, mas não se consegue avançar em coleta, enfim recolhimento, coleta e afastamento dos esgotos. O engenheiro Alessandro falou da Funasa, a Funasa tem um papel muito importante a cumprir, eu particularmente acho que não é missão direta do Ministério da Saúde cuidar, mas essa é uma visão muito particular, apesar da relação óbvia entre construção na área de saneamento e saúde, a missão principal do Ministério da Saúde, efetivamente não é fazer obra, não é fazer projeto, então essa questão (...), eu acho a Funasa fundamental, talvez ela pudesse estar fortalecida dentro de um guarda chuva mais amplo no setor de saneamento, mas concordando aqui com o presidente, comandado por engenheiro, administrado pela engenharia, que a missão é outra, embora o resultado tenha relação direta com a área de saúde, enfim, acho que o setor não está adequadamente organizado no país para enfrentar o tamanho do desafio. Eu não tenho a solução para tudo, longe disso, mas essas 20 recomendações são o início, o ponto de partida para resgatarmos e darmos prioridades aquilo que é mais urgente e mais sensível



nesse momento, mas nós temos que avançar e construir um arcabouço institucional mais adequado para o setor de saneamento, isso para mim eu tenho clareza que o país não oferece nos dias de hoje. A secretaria nacional do saneamento foi um avanço dentro do Ministério das Cidades, mas tem poucos recursos e é como falamos a pouco, é o recurso concentrado em Brasília, esperando as demandas, muitos municípios sequer conseguem chegar aqui, porque primeiro, a primeira condição é ter plano de saneamento e 70% não tem então 70% não chega nem na ante sala, porque é pré requisito para obtenção de qualquer recurso nessa área os planos, então esse é um ponto que precisa ser destravado, oferecer o mínimo de condição técnica, planejar para permitir na sequência que esse pequeno município possa se credenciar a uma fonte de financiamento, então eu diria assim para concluir a minha parte, que a reorganização do setor é fundamental, é decisivo, porque sem clareza de regra com 7 Ministérios tocando o assunto sem recursos para planos e projetos, nós não vamos sair do lugar, só poucos municípios maiores, mais bem equipados é que terão acesso, o que agrava as desigualdades. O município como São Paulo, vou dar o exemplo de São Paulo, eu atuei na SABESP recentemente, São Paulo, a SABESP conseguiu se credenciar para recursos do parque, porque tem equipe, tem estrutura técnica, se credenciou e foi um dos primeiros estado a conseguir recursos do parque de saneamento foi o nosso estado e do ponto de vista da justiça disso, tem estados brasileiros com condições muito piores do eu o estado de São Paulo e muitas vezes não consegue ter acesso porque não tem a mínima estrutura para se credenciar a esses recursos, e volto a dizer, como disse já e insisto no ponto número 1, a reorganização institucional para o setor é fundamental, é ponto de partida para a gente dar um novo arranque e a criação, o fortalecimento de uma cultura na área, o saneamento está diretamente relacionado com educação e está diretamente relacionado com saúde, é preciso construir essa rede de conhecimento, de mobilização, de informação para as pessoas também para que a gente possa de fato colocar nos trilhos novamente uma política nacional para a área de saneamento.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Nós estamos com problema aqui operacional, o deputado tem que sair daqui a 5 minutos e voltar ao Congresso Nacional, senão toma falta lá. Já chegou o aviso aqui da assessoria que o deputado tem mais 5 minutos aqui ainda para participar e ter que sair. Dos inscritos, só o Nei Britto não colocou, pediria que você fosse breve, porque o deputado tem apenas 5 minutos, senão nem dá tempo para ele falar sobre o que você colocar.

**JORGE NEI BRITO (Coordenador do Colégio de Entidades Nacionais – CDEN)** – Então eu já vou cumprimentando o presidente, o deputado João Paulo. Aquela fala que o saneamento não dá ibope, isso realmente nos preocupa, me preocupa muito mais porque o grande problema que nós temos está soterrado, que são as tubulações, nós temos as tubulações hoje que são muito antigas, muitas delas ainda com tubo de ferro fundido que tem uma péssima (inaudível) interna e mesmo que tivesse um material mais nobre ainda assim a substância que tem nas águas vão trazer infiltrações até os tubérculos, então no curso que eu também ministro nessa área já chegamos lá com tubulação que tinha menos de 5% de área útil, então as técnicas que são usadas hoje ainda aqui no Brasil, o colega nosso, o nosso profissional mais antigo, ele com a sua experiência e com sua sensibilidade, ele procura detectar algum ponto que já esteja com problema, só que ele deveria estar detectando isso quando esses problemas estivessem recipientes, o Japão já está começando a fazer isso, pois lá também eles tem problemas, porque aquele outro dado que foi citado, realmente o que incomoda é a gente ver em torno de 40% de a água potável ser desperdiçada em função de redutores estourarem e naquele auge daqueles apelos para a economia da água, vamos pegar São Paulo, nós vimos lá toda semana em vários pontos de São Paulo a água sendo desperdiçada, então aí vem duas preocupações, a primeira é realmente conseguir ver para que a gente possa modernizar essas tubulações e, segundo, ter tecnologias de ponta e, assim, deixe de ser uma coisa pessoal, subjetiva e seja uma coisa que realmente nós tenhamos condições de detectar, lógico que nos oleodutos nós temos até (inaudível) para fazer isso, mas nesse sentido, nós não temos e aí vem essa preocupação, como está enterrado e ninguém está vendo, então isso não dá voto e vamos deixar como está. Muito obrigado e parabéns pela palestra.

**JOÃO PAULO PAPA (Deputado Federal)** – O que o engenheiro Nei Brito coloca é a realidade do setor. O setor não tem recursos para investimentos, e muito menos para boas técnicas de gestão. O uso de novas tecnologias, tecnologias já disseminadas em várias partes

do mundo e no Brasil é muito baixa, talvez São Paulo, Paraná, Minas Gerais e aqui, DF ainda incorporem um pouco dessa tecnologia, mas é pouco, reconheço que é pouco e a própria SABEP, eu atuei na diretoria de tecnologia e meio ambiente as SABESP, e reconheço que quando nós reconhecemos o que o mundo está fazendo nessa matéria e comparamos o que fazemos, nós estamos em um atraso muito grande e temos inclusive universidades, instituições brasileiras que podem facilmente desenvolver ou adaptar essas tecnologias nas condições brasileiras, mas de fato é muito pouco utilizado, e também esse alerta que você coloca é isso mesmo, como não é aparente essa deterioração dos equipamentos, das instalações quase nunca é aparente na área de saneamento, e também um acidente não gera, pode até gerar graves conseqüências, mas de um modo geral os acidentes, os rompimentos não geram os riscos que outros setores, como o setor de energia, como o petróleo e gás causam, então essa é uma outra razão, quer dizer, vai se resolvendo com baixa tecnologia. A tubulação enterrada no Brasil, lá em São Paulo, por exemplo, em Santos, na minha cidade nós temos redes lá com mais de 100 anos de uso, e eu arriscaria dizer que praticamente com nenhuma inspeção ao longo desse período todo. Eu durante o período que estive na prefeitura de Santos, forcei bastante por força da poluição dos canais, Santos tem 100% de coleta de esgoto, portanto não devia ter poluição nenhuma nos canais, a rede é separada e todo o sistema é tratado, então não devíamos ter nada de poluição, nem em praia e nem nos canais, mas a poluição persiste. Eu insisti tanto que acabamos fazendo um piloto, um programa piloto de inspeção através de um robô que foi filmando toda a rede de esgoto e a rede de drenagem também, fotografou e filmou em tempo real, e aí nós vimos nesse programa a quantidade de defeitos que essas redes, tanto de drenagem quanto de esgotamento sanitário tinham consolidados esses defeitos e o quanto isso criava de problema de poluição para os canais e, conseqüentemente para as praias, mesmo sendo um estado rico e uma cidade rica, a aplicação dessa tecnologia foi restrita a um bairro. Nós vimos lá que dá certo, que funciona e é o que se faz no mundo inteiro, mas não conseguimos avançar de forma sistemática, porque o tema saneamento ainda não tem o apelo necessário, enquanto a rede vai aguentando, enquanto o sistema vai tolerando toda essa ineficiência, as coisas efetivamente não acontecem. Mais uma vez eu acho que a área de engenharia é que pode dar uma grande contribuição na matéria com tecnologias preventivas que devem ser aplicadas e até para que esse recurso todo aonde já foi aplicado não seja perdido precocemente, que é o que acaba acontecendo em muitos casos, sem falar na utilização de novos materiais e aí a utilização de novos materiais na área de saneamento no Brasil passa muito também pelas normas técnicas e os nossos sistemas e as nossas instruções normativas também não são muito ágeis, aqui não é uma crítica a ninguém, enfim, mas é sempre um processo longo e eu sei disso, porque vivi situações semelhantes, certificar no Brasil determinadas tecnologias de determinados materiais e muitas vezes acaba sendo desperdiçadas, enfim, há um campo enorme de desenvolvimento tecnológico na área de saneamento que ainda não está adequadamente explorado.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Nós sabemos que esse assunto é bastante importante, e nós poderíamos ficar aqui uma tarde toda, porque é realmente importante para a população e para o país, mas nós vamos ter que encerrar então a participação aqui a presença do deputado João Paulo Papa no seu pronunciamento, na sua palestra. Colocamos três questões, pedindo a sensibilidade do deputado sobre o que nós do Confea gostaríamos, a gente já vem debatendo, três coisas vou colocar aqui. Uma é a participação do Confea na comissão permanente de deputado que está conduzindo, participação permanente nessa comissão permanente no Senado de saneamento, que é um tema importante da engenharia, o Conselho Federal está a disposição para participar lá de todas as reuniões, audiências públicas, enfim, o que o deputado precisar lá do Conselho Federal, nós estamos a disposição para colaborar, essa é uma questão. A outra é com relação a recomposição da Frente Parlamentar da Engenharia, na minha primeira gestão, uma das propostas na participação nossa no Congresso Nacional era a Frente Parlamentar que foi criada, mas agora, ela não foi recomposta e ela tem um vencimento anual e agora no início do ano é que são recompostas essas frentes parlamentares, pediria ao deputado o empenho para nos ajudar nessa recomposição e o deputado como engenheiro, obviamente participar dessa Frente Parlamentar, nós temos vários colegas da engenharia, da agronomia, da área tecnológica, tecnólogos, todos esses deputados também virem a participar conosco na Frente Parlamentar, e por fim, com relação a tudo o que foi dito aqui e o deputado tem um bom relacionamento com a Campanha da Fraternidade, vem dialogando, participando com as igrejas evangélicas,

com as igrejas cristãs, com as igrejas católicas e mais esse movimento ecumênico e com a CNBB e vai ter uma reunião agora em São Paulo, dia 11, o Conselho Federal terá representação lá, eu vou estar aqui na Plenária, mas nós teremos técnicos nossos junto nesse movimento, essa aproximação nesse engajamento nosso junto com a Campanha da Fraternidade, o Modesto sugeriu e nós vamos convidar o secretário geral da CNBB para vir aqui e todos aqueles que estão no movimento para virem aqui nesse Plenário para a gente fazer a devida articulação, nós temos que articular com a sociedade civil, e fazer esse engajamento com as instituições religiosas, porque essas instituições religiosas, eu sou católico e tenho amigos de todas as demais religiões, isso é muito importante, mas a gente tem uma leitura deputado e o senhor também como prefeito sabe muito bem que a maioria da população tem uma religião e frequenta alguma igreja e a igreja lá no bairro, ela tem toda a massa da população, principalmente a leitura que a gente faz, que são os segmentos mais carentes, os segmentos mais necessitados da sociedade, que é uma base da pirâmide muito grande, e nessa articulação com o Movimento da Campanha da Fraternidade, nós podemos ter um engajamento muito grande com toda a população e ver esse movimento crescer, no sentido de conscientizar e de educar a população. Costuma-se dizer que não se prioriza o saneamento, porque peixe não vota e a gente tem que mostrar para a sociedade que mesmo o peixe não votando, nós votamos e queremos garantir a nossa saúde. Eu acho que através dessas instituições que iniciou esse movimento, nós temos uma grande oportunidade de criar a musculatura necessária para a gente introduzir a engenharia junto a essa população que não sabem nem o que, que é a engenharia, mas entrar com a engenharia e mostrar as equipes técnicas, mostrar que as pessoas que não tem para fazer esses planos e os recursos venham e há toda essa controvérsia dos recursos no governo federal, mas a verdade é que esses recursos saem do bolso do contribuinte e o contribuinte mora lá no município, ele não mora aqui no governo federal e nós precisamos trabalhar isso para mostrar para os governantes que a carga tributária já é enorme, senão é uma boca muito grande para engolir, arrecadar tributos e é um saco sem fundo que cada hora que precisa, vamos aumentar, vamos criar mais isso, vamos criar mais aquilo e uma tributação exorbitante em algo que é de fundamental importância para a saúde do cidadão que está lá no município precisando e nem sabe lá no bairro dele atravessando por esgoto a céu aberto e que aquilo ali vai causar a doença dele e ele vai para o hospital e a gente visita o hospital 70% de quem está nos leitos dos hospitais é por veiculação hídrica e nós não conseguimos passar isso para a população, eu acho que nós temos que pegar esse movimento que não pare na páscoa conforme já dissemos aqui e junto com a comissão permanente que certamente o senhor irá presidir, junto com o Confea, junto com as instituições religiosas na campanha da fraternidade, mas principalmente com a sociedade civil organizada, nós temos condições de criar um movimento muito forte e, assim, darmos essa contribuição. O Conselho Federal está a disposição e eu gostaria de agradecer o deputado João Paulo Papa, passando as mãos dele o certificado de que ele proferiu essa palestra aqui com as 20 recomendações para a universalização do saneamento para o país. É um reconhecimento singular da sua participação.

## **ANEXO II – APRESENTAÇÃO DO CONSELHEIRO FEDERAL MARCOS MOTTA FERREIRA SOBRE O TRABALHO REALIZADO PELA COMISSÃO TEMÁTICA INDICADORES DE GESTÃO E GOVERNANÇA.**

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Bom dia, presidente. Bom dia, senhor vice presidente, senhores conselheiros. Nós fizemos, na Comissão Temática Indicadores de Gestão e Governança, nós concluímos a nossa primeira fase, das nossas análises e cálculos. E nós preparamos uma apresentação para os senhores terem uma ideia de até onde conseguimos avançar com isso, da participação de Creas. Vou aguardar a projeção. São indicadores que tem um potencial muito forte para auxiliar os Creas na governança, na gestão, na análise de pontos importantes para tomada de decisão. Bom, o estudo de indicador e desempenho de gestão e governança, sistema Confea/Crea, na Comissão Temática Indicadores. Bom, os objetivos são esses: Enfatizar a importância e conceitos dos indicadores de gestão; Informar como foram definidos e calculados os indicadores; Tecer considerações sobre o desempenho do sistema Confea/Creas; Salientar as expertises individualizadas dos Creas; Demonstrar as fugas de receitas do sistema; Apresentar diagnósticos de ordem econômica; Propor sugestões que otimizem o sistema. Nós temos os Creas que contribuíram, esses foram os Creas que nos ajudaram a fazer essa análise, nós fizemos um estudo, um pré estudo, uma brochura, onde fizemos a formulação matemática de como seriam calculados esses índices. Isso foi apresentado na reunião do ano passado, do Colégio de Presidentes, que ocorreu em Rondônia, lá nós pedimos o auxílio de Creas e esses Creas responderam participando com informações. Aí é a definição, eu vou apresentar a definição dos conceitos com relação a esses indicadores, muitos dos senhores já conhecem isso, mas é um texto para que a gente possa uniformizar nosso conceito e ideacom relação a isso. Os indicadores de desempenho são ferramentas básicas para o gerenciamento do sistema organizacional. As informações que fornecem, são fundamentais para o processo de tomada de decisão e análise de problemas. O indicador em si, é definido como um valor quantitativo que permite a percepção sobre as características e resultados de um serviço, produto, sistema ou processo específico. Nós temos os principais requisitos para os indicadores de gestão: representatividade, homogeneidade, confiabilidade, praticidade e acessibilidade. E aqui do lado de cá, os objetivos dos indicadores: Possibilitar uma avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho global da organização; Comparar o desempenho entre exercícios e o planejado; Comparar a eficiência de ações similares entre congêneres; Permitir a troca de informações de procedimentos melhorando qualidade; Possibilitar a incorporação de sistemas de reconhecimento de bons desempenhos; Formular políticas de médio e longo prazos. Como se tratam de indicadores de gestão e governança, ele objetiva análises prévias para tomada de decisão de médio e longo prazo, para se identificar possíveis correções de procedimentos. Nas nossas análises, nós fizemos essas classificações dos indicadores. Indicadores Estratégicos, que informam o quanto a instituição se encontram na direção de sua missão. Indicadores da Qualidade, que informam o grau de satisfação ou participação dos usuários em relação a produtos e serviços. Indicadores de Capacidade, que medem a capacidade de resposta dos processos finalísticos de uma organização. Indicadores de Produtividade, que permitem uma avaliação dos resultados em função dos insumos utilizados para gerar produtos ou serviços. Então, a nossa modelagem está caracterizada nesses 4 tipos de indicadores. Então, na formulação matemática, nós temos lá, dos indicadores de resultado, nós retiramos 6 indicadores. O IR significa indicador de resultado. IR. 01 – Receita média por profissional. Aqui temos a formulação matemática desse indicador. IR. 02 – Valor médio da ART, também a formulação matemática dele. IR.03 – Quantificação da atividade profissional. IR.04 – Desempenho da arrecadação com empresas. IR.05 – Participação das empresas no sistema. IR.06 – Perfil da arrecadação com ARTs. Pois não.

**DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia)** – Olha, eu vou dizer uma coisa para você, durante todo o tempo que eu administrei, uma das coisas mais difíceis que tinha era encontrar indicadores. Eu perdi o comecinho da sua apresentação, mas gostaria de saber, isso é por Crea?

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - A análise que foi feita foi de buscar uma formulação matemática de indicadores que pudessem ser aplicados no sistema Confea/Creas. Essa modelagem, ela pode ser aplicada no Confea e nos Creas. É uma proposta

da nossa Comissão Temática, no sentido de buscar adesão dos Creas e do Confea a esse sistema de modelagem, porque dá uma forma de uniformizar os procedimentos. Na primeira análise que fizemos do processo, nós identificamos que existem procedimentos variados dentro do nosso sistema, uns excelentes e outros precisando de melhorias. Então, a ideia é que esses indicadores tragam a uniformidade de procedimentos para o avanço do sistema. Ele tem um potencial muito significativo, porque ele demonstra isso com bastante antecedência, então te dá a possibilidade de reagir ao processo. Os indicadores de qualidade são 3. O código IQ é indicador de qualidade. IQ.01 – participação dos profissionais no sistema. IQ.02 – incidência de autuações. IQ.03 – valor médio da anuidade do profissional. E os indicadores de produtividade. IP.01 – mensuração da atividade de fiscalização. IP. 02 – eficiência na tramitação processual dos autos de infração. IP. 03 – desempenho no resgate da dívida ativa. E os indicadores estratégicos. IE. 01 - potencialidade de expansão da instituição; IE. 02 – participação dos profissionais na atividade econômica local. IE.03 - representatividade do Crea em relação ao PIB estadual. IE.04 - potencial de trabalho da região. Eu vou disponibilizar essa apresentação para os senhores poderem dar uma olhada com mais propriedade. Então, esses foram os pontos, que na análise que fizemos, identificamos como que podem ser indicadores. Aí foi a estratégia que nós utilizamos para buscar esses indicadores, para fazer os cálculos matemáticos. Foi baseado no exercício de 2014, que havia o maior número de informações já finalizadas e definidas. Receitas realizadas por Crea, total de profissionais do sistema, total de empresas registradas, autos de infração lavrados, emitidos e inscritos, atividades de fiscalização, dados relativos à emissão de ARTs, estatísticas do IBGE e do Confea e Sec. Planejamento. Foram os setores onde buscamos informações para definição desses indicadores. Então, nós temos, com base na Resolução 1058, de 26 de setembro de 2014, porque como fizemos a modelagem de 2014, pegamos os números de 2014. Então, nós tínhamos 3 faixas de ART. Faixa 1, R\$ 67,68. Faixa 2, R\$ 118,45. Faixa 3, R\$ 178,34. Então, aqui nós fizemos um fichamento e nesse fichamento fizemos um cálculo baseado nos valores médios dos Creas que nos forneceram a informação. Aqui nós chegamos no valor ideal para ser atingido, dentro dessas médias, o valor médio ideal. Quando os senhores veem meta: 78, significa o valor médio de arrecadação por ART durante o ano, somando todas as faixas. Esse indicador é correlacionado, sempre que a gente define um indicador, nós fazemos correlação com outros indicadores. Aí também é a formulação e fichamento do modelo matemático que define a produtividade da fiscalização. E aí nós identificamos um valor muito interessante, a fiscalização varia de 0,6 a 7. Então, uma faixa significativa de variação. Aí baseado em todas as informações que tivemos nos Creas que nos auxiliaram nesse trabalho, nós chegamos a uma meta, a um fator, um número que define a régua de comparação, antigamente era 78, aqui é 4,5. Agora a definição de representatividade desses, nós colocamos em um gráfico todas as arrecadações, o que os senhores estão vendo é a receita líquida por profissional, média anual de ART. Nós podemos ver aqui, existe um que a ART média anual dá R\$ 1644,00. E existem outros que dá R\$ 357,00. Então, há uma variação muito grande nesses pontos. Baseados nessa análise, também identificamos uma coisa interessante, nem sempre a região que tem o desenvolvimento econômico mais significativo resulta em uma arrecadação de ART maior, esses números não se falam.

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – Aí é a receita total dividida pelo número de profissionais, não é nem o valor da ART média. Se eu tiver 30 mil profissionais e tiver uma receita de tanto de ART, eu divido o valor da receita, que eu tive com a ART, pelo número de profissionais. Então, esse estado que tem R\$ 1644,00, os profissionais de lá estão sendo mais eficientes, estão realizando mais trabalho e registrando mais ARTs do que os de R\$ 357,00.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - É mais ou menos isso, não é bem isso. Quando você pega o valor total arrecadado e divide pelos profissionais, você tem a média de ART naquele estado, baseado nisso você faz sua inferência, por que está menos ou mais. Aqui, nesse caso, está havendo uma discrepância muito grande nesse valor, que nós não conseguimos identificar a motivação disso. O curioso é que quando você tem um estado onde a força dos investimentos públicos são muito significativos, a tendência da ART é subir, o valor médio da ART sobe, porque é uma exigência legal de se apresentar ART na assinatura do contrato, no engenheiro responsável, isso dá uma arrecadação melhor. Já quando o estado tem um desenvolvimento privado mais significativo, a impressão que se tem é que o setor

privado não tem essa exigência tão forte em cima das empresas profissionais quanto o setor público. Então, isso faz com que a ART caia. Pois não, Pablo.

**PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS)** – Você está baseando que ele está informando o valor real de contrato, não é? E ele não tem, em tese, ele necessariamente deveria constar o valor exato do contrato, mas nem sempre ele faz isso, daqui a pouco o subterfúgio para abaixar o valor da ART. Mas outro dado que no Rio Grande do Sul é muito importante de considerar a receita média por profissional, que apenas 32% dos profissionais registrados no Rio Grande do Sul eles fazer ART. Então, se você dividir esses 100% pelos 32, obviamente você vai ter uma distorção muito grande em relação a média.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Exato. (intervenção feita fora do microfone)

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – O indicador tem a característica de permitir a comparação entre pequenos e grandes, entre desiguais. Na verdade, essa característica que você diz que nem todos emitem ART (intervensões simultâneas).

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Aqui eu queria interferir, por favor. A potência do indicador é justamente mostrar isso para você. Aqui nós não estamos querendo, calculando esse indicador, demonstrar que o Crea está arrecadando mal, está querendo demonstrar que existe um potencial de profissionais que ou não estão exercendo a profissão de engenharia, estão fora da engenharia, ou estão exercendo a profissão de maneira ilegal, não emitindo ART. Então, isso é um ponto onde o Crea vai analisar isso, identificar o modelo de fiscalização para isso ou uma forma de como melhorar o (ininteligível) nesse setor. Por favor. Valor médio de ART, é o valor que em cada Crea ele está identificando e recebendo naquela tabela que mostramos, a faixa 1, 2 e 3.

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – Tem Crea que arrecada 144 e tem outro que arrecada 67. Era aquilo que estávamos conversando ontem. O que existe em um, existe no outro, não justifica uma discrepância do dobro, nada justifica. Então, existe um potencial reprimido de receita, se assim a gente caracterizar, mas na verdade, de fiscalização e a receita é apenas consequência da fiscalização, muito grande. O que caracteriza isso, provavelmente é procedimento, capacitação de pessoal, infraestrutura física, tecnologia. O que é que o de 144, que foi muito oportuno não colocarmos o nome dos Creas, porque isso não é o objetivo, está fazendo para obter esse resultando em detrimento do que não está fazendo. Então, nos eventos de fiscalização nosso, que é coordenado pela CEEP, provavelmente vocês vão indicar algumas diretrizes para que esses treinamentos sejam repassados e identificados quais são esses Creas, infelizmente não foram os 27, a gente pode, inclusive, pensar em linhas de financiamento para que esses Creas obtenham uma melhora no resultado.

**PAULO ROBERTO QUEIROZ GUIMARÃES (Diretor Presidente da Mútua)** – Conselheiro Marcos, esse valor, essa discrepância não seria que esses profissionais estejam recolhendo pelo valor mínimo?

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Sim, o que a gente identifica aqui é isso também, o que demonstra esse indicador. Muitos profissionais, porque alguns Creas o sistema de emissão de ART não tem travamento, então o cara pode fazer uma descrição do serviço e colocar o valor baixo. (intervenção feita fora do microfone) Então, ocorre isso, um profissional emite tudo por um valor mínimo.

**FRANCISCO SOARES DA SILVA (Conselheiro Federal/MA)** – A minha leitura é a seguinte: eu vejo que quem arrecada 67 não significa que ele tenha baixa produtividade, eu vejo que é porque as obras são pequenas e quem arrecada 144 são de grandes obras.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Ele pode indicar isso também. Pode indicar que os profissionais só estão arrecadando pelo menor valor, pode indicar que a potência econômica da engenharia está caindo e está tendo serviço de pequena monta. Como também pode indicar que o potencial de investimento daquele lugar é público, quando ele é público você tem um aumento. (intervenção feita fora do microfone) Só te explicando por que não temos. A Comissão Temática determinou etapas de trabalho, a primeira etapa foi o

diagnóstico, a segunda etapa foi formulação matemática, a terceira etapa foram os resultados. Agora vamos entrar em outra fase, que seria essa abertura.

**DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia)** – Até o nosso coordenador nacional está presente aqui, ele está presente. A nossa agronomia reclama muito que a nossa área não é fiscalizada. Então, eu gostaria que esse trabalho fosse um pouco mais detalhado, porque isso vai comprovar o que reclamamos dentro do sistema, que o sistema, os Creas acabam, por uma razão qualquer, por comodidade, sempre tem uma justificativa. Como o nosso grupo trabalha na área rural, nós acabamos não tendo fiscalização, nós reclamamos muito disso. É a maior queixa que temos dentro da categoria é a falta de fiscalização e acaba não sendo culpa do nosso grupo, acaba sendo uma certa estratégia por qualquer razão do sistema. Eu gostaria que você detalhasse isso, mesmo porque nosso coordenador nacional está aqui, tenho certeza que ele gostaria que ainda esse não fosse feito alguma coisa nesse sentido e depois nós discutiríamos as razões pelas quais nossa arrecadação é baixa.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - A proposta da Comissão é justamente fazer essa apresentação, fazer uma apresentação no Colégio de Presidentes, disponibilizar ferramentas que os Creas desejarem, para que eles façam essas inferências e identifiquem suas regiões, qual é a fuga que está havendo, o potencial. A fase seguinte da Comissão é justamente avançar para identificar as modalidades. Nós sabemos que no nosso país, as modalidades são regionalizadas, nós temos regiões com potencial agrícola muito grande, temos regiões com potencial pesqueiro grande, regiões com potencial industrial grande e regiões com potencial de construção civil é generalizada, ela é pulverizada no Brasil. Baseado na característica econômica da região, que são dados que a gente retira de informações de estatísticas do IBGE, a gente tem condições de fazer essa definição. Por que um lugar a agronomia não arrecada nada se ela tem um potencial agrícola forte? É em outra fase, ok? Bom, aqui é uma coisa que nos chama atenção, o número de ARTs anuais que os profissionais arrecadam em cada região. Olha só, tem lugar em que o profissional emite uma ART e meia por ano. Ou ele não é engenheiro, está fora do mercado e esporadicamente assina alguma coisa para o parente dele, ou ele é funcionário de uma empresa que não exige dele a emissão de ART, que nós identificamos que muitas empresas, especialmente empresas do setor público, eles fazem concurso, na lista do concurso exige que você seja engenheiro, mas a partir do momento que você passou do concurso, dentro já não mais exige que você pague anuidade dos Creas, que você emita ART das suas atividades na engenharia. Então, isso faz com que o número de ART caia bastante.

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – Esse gráfico é interessante, porque ele já traça a linha média e o que está muito abaixo e muito acima estaria relativamente fora da média, a gente verifica que a média está entorno de 7 ARTs por profissional. Na verdade, depois vai ficar muito fácil vocês fazerem o exercício de transformar isso em dinheiro. Na hora em que você transforma isso em dinheiro e você verifica que esse Crea que está com 8, pode ser um Crea muito pequeno, mas o que está com 1,5 pode ser um Crea muito grande, o potencial de perda de arrecadação é estupidamente grande. Imaginem se forem Creas grandes, esses 1,5, 1,9, 2,3 e 3,0. Quanto não está se perdendo de arrecadação? A gente vê um prédio pequeno e acha que é um Crea pequeno, mas as vezes não é. Se você transformar isso em recurso financeiro, são milhões que estamos perdendo (intervenções simultâneas).

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Fiscalização. Produtividade da fiscalização. Nós temos 0,7 a 7. A fiscalização não está atuando.

**DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia)** – Um comentário que eu acho importante, a respeito dos dois últimos, o penúltimo.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Eu vou pedir desculpa aos senhores, porque vou mostrar mais um quadro e vou direto para a parte financeira porque estou sentido que estamos (...).

**DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia)** – O meu comentário é um elogio ao presidente da casa, mas não tem como. É muito interessante isso aí, o Tadeu fez uma política de fiscalização no estado de São Paulo, ele ampliou o número

de fiscais. Ele pulou de 400 mil ARTs ano para mais de 1 milhão. Esses dois tem muita relação. Eu tenho dito aos meus amigos que chegam a presidentes de Crea, essa questão de total de ARTs e fiscalização. É um triângulo que funciona de uma maneira sensacional.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Aqui é onde a gente faz a tabela com gráfico de tendência. Então, nós temos a setinha verde que significa qual é a tendência reserva para o indicador ou que o indicador suba, ou que o indicador desça, significa isso. As cores significam como está a relação do indicador no Crea ou no Confea, no setor analisado. Aqui, nessa faixa aqui nós temos calculamos algumas demonstrações anteriores, são as faixas médias de cada indicador calculado. Isso é o ideal, aquilo que se busca cada indicador calculado. Aqui nessa faixa foi um cálculo esporádico de um dos Creas que nos auxiliaram nisso, que fizemos a análise dele, como estava, e analisamos com relação a régua. Nós vemos, onde está vermelho precisa de melhorar, onde está verde já é um benchmarking, está acima. Onde ele está azul é que ele está na média. Isso também é para fazer uma análise, depois que você faz todo cálculo, você tem a ficha que dá o retrato do que você está analisando, como ele está. Então, o ideal é que depois que se possa analisar todos aqueles que participam disso, pegas os benchmarkings para que eles façam transferência do conhecimento, do que fez ele atingir esses valores, para que isso seja uniformizado.

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – Por exemplo, o IR1 está vermelho, que é receita líquida anual pelo total dos profissionais registrados, ele está abaixo porque está com R\$ 773,50 e a média dos 14 pesquisados deu R\$ 470,00. Então, dá uma visão panorâmica da situação e colorida do que você precisa focar.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - É isso. Aqui é a tendência, tem que estar sempre subindo, se está para baixo, ele tem que ser diminuído, a tendência que o indicador tem que ter. Os que estão verdes, que são os que caracterizamos como benchmarking, que estão com números muito bons, a ideia é que os verdes dos Creas possam auxiliar os que não estão a ficar.

**PABLO SOUTO PALMA (Conselheiro Federal/RS)** – O censo do IBGE, até onde eu sei o último é de 2010. Por que foi usada a base de dados do IBGE, uma vez que ela remete a 2010. Não seria mais fidedigno usar uma base de dados da junta comercial, por exemplo?

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Veja bem, boa pergunta. A dificuldade de se ter informações, do IBGE a gente consegue informações online, de todas as regiões do Brasil. A junta, você tem que mandar uma correspondência, solicitar informação, aguardar eles tabularem a informação para esperar eles devolverem. Então, a dificuldade de buscar informação que fez com que tomássemos algumas ações no sentido de finalizar o processo, não que isso não possa ser feito, porque a Comissão Temática de Sustentabilidade do Sistema, que é outra Comissão Temática que pertence a CCSS, ela já fez um pedido que o Confea está providenciando, de criar uma forma de convênio com o Ministério de Pequenas e Médias Empresas, que lida com o setor, como você falou, de todas as juntas comerciais do Brasil, para que haja troca de informação, porque um dos Creas que nos auxiliou nos deu a informação que achamos muito fortes, ele conseguiu informações da junta comercial do estado dele e comparou com as empresas de engenharia registradas no Crea, a variação foi um número absurdo de empresas que atuavam na engenharia, mas não estavam registradas, nem a empresa e nem os profissionais, ou pelo menos não pagavam anuidade ou ART. Aí são continuidades da régua de cálculo. Aqui também vou avançar porque é só uma teoria. Aqui é um gráfico de receitas, mas o que eu gostaria de mostrar aos senhores, eu queria mostrar o quadro, a gente tem números. Os 14 que contribuíram com o processo. Aqui é como deve ser o processo de análise dos indicadores, tem que ter abrangência, tem que ser um cálculo balanceado, tem que ser sistêmico e tem que ser significativo para que haja precisão, para que você possa aplicar aquilo que você definiu no exercício da melhoria dos seus processos. Esse número, o que eu queria mostrar aos senhores, aqui está uma coisa significativa. Então, na primeira coluna nós temos valores financeiros o total de ART emitido. Na segunda nós temos o valor bruto, na terceira nós temos o valor bruto considerando as melhorias que os indicadores podem trazer em sendo aplicado. Aí nós vamos ver, da primeira para essa faixa, quando você utiliza os indicadores e ele te dá, identifica o procedimento e você pode ter ações corretivas, a avaliação dá 82 milhões de reais. Quando você passa a fazer uma análise com valor médio do que foi calculado, vamos supor que o Crea esteja na média que os indicadores indicaram, nós



vamos para uma diferença entre o primeiro, que é o indicador máximo com o indicador médio, de 15 milhões de reais. Quando nós passamos para fazer a comparação do potencial econômico da região, que é com o PIB da região, na área da engenharia, todas as modalidades, com o que ele poderia arrecadar com a atividade da engenharia, nós vamos para uma diferença de 57 milhões. Essas diferenças são perdas de arrecadação, é um incremento de arrecadação que poderia acontecer naquele Crea, naquela região se ele tivesse essa modelagem matemática, se estivesse utilizando a modelagem para fazer correções dos seus processos, é o que ele poderia avançar. Então, esse número que eu acho bastante significativo do potencial dessa ferramenta. Eu vou encerrar aqui porque é só continuidade de tabela. É isso que eu tinha para trazer para os senhores. Agradeço a atenção.

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – Conselheiro, primeiro parabéns pelo trabalho realizado, pela qualidade do trabalho realizado, pela apresentação de excelente qualidade, clara e cristalina. Existem outras informações que eu não sei por que vocês optaram por não apresentar, que é o diagnóstico individual de cada um desses 14 regionais.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Veja bem, a nossa proposta é justamente não demonstrar isso a princípio, a ideia é que esse demonstrativo seja (ininteligível) a cada um dos que contribuíram.

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – Claro, mas só para ilustrar e facilitar o entendimento, porque o número e o gráfico são uma fotografia, a análise é um filme e esse filme existe, eu tive acesso com vocês naquela reunião, conversamos bastante. Então, já que não foi apresentado, é preciso que seja dito aos conselheiros que para cada Crea e para cada índice que está em amarelo, que estava verde, azul e vermelho, já existe uma análise, logicamente que precisa ser aprofundada e refinada com o próprio presidente do Crea, mas já existe uma análise do por que dele estar vermelho ou verde. Inclusive, com proposta de sugestão de correção ou de que esse Crea repasse a informação do verde para o vermelho ou o do vermelho, o que ele precisa fazer para melhorar. Então, poderia ter retirado o nome do Crea e ter feito uma apresentação só para ilustrar. Eu achei só que ficou faltando. E na apresentação para o Colégio de Presidentes, acho que deveria ser incluído na apresentação, porque vai facilitar o entendimento, sempre que vem o número surgem os questionamentos: mas no meu Crea tem tal característica, tem mais ou menos técnico, tem mais indústria, mais agricultura. A inclusão dessa informação na apresentação da Comissão Temática vai demonstrar que tudo isso também foi considerado e o número foi analisado com sua regionalidade e com sua característica. Então, eu queria parabenizar, isso foi um momento de se conceber os indicadores, nós vamos ter um segundo momento, que é dá publicidade desses indicadores aos presidentes e isso precisa ver como será essa apresentação, porque haverá uma apresentação geral, mas precisa haver um momento onde cada presidente sente com vocês para, no modelo de dar publicidade a isso cada presidente sente com vocês e diga: eu concordo com esse índice, eu discordo, o que você está dizendo é verdade. E vocês pensem como isso vai na prática ser implantado nos regionais, porque provavelmente vocês vão propor de a Comissão Temática algumas ações para esse plenário, como treinamento, abertura de linha de crédito específica para aquisição de tecnologia, mas aí não mais um Prodesu solto, onde se manda o recurso e não tem o IO para comparar com o (ininteligível). Agora você vai dizer: seu indicador é esse, nós vamos fazer uma linha de financiamento específica para você corrigir esses dados e você será avaliado daqui a 180 dias para a gente ver se aportamos mais recursos, se não aportamos mais recursos. Eu já vou encerrar, eu sou entusiasta, nasceu isso de conversas que tivemos. Outra coisa, verificar se vocês sentirão necessidade na Comissão Temática de ter uma estrutura permanente no Confea para esse serviço, porque a Comissão Temática se reúne 8 vezes por ano, não tem nem reunião em todos os meses e, na verdade, para o monitoramento talvez precise ser destacado, de repente não no primeiro momento a exclusividade, mas alguém que tenha função de fazer esse acompanhamento. Porque hoje, logicamente está acabando a ART e a gente cai por terra. (intervencões simultâneas) Mas em sendo mantida a conjuntura atual de ART, o que a gente pode fazer frente a crise econômica e a crise da engenharia, que ela está sofrendo as duas, econômica, mas a da engenharia, com essa operação anticorrupção, as grandes empresas foram afetadas diretamente. O que eu vislumbro como conselheiro federal e ex vice presidente de Crea por vários anos cuidando de gestão, é que vocês chegaram ao ponto de quantificar e o

que é fácil, porque se você tem número de ART e determinado Crea se ele está muito abaixo da média de arrecadação de ART, você multiplica essa diferença do valor dele pela média, pelo número de ART e você sabe quanto ele está deixando de arrecadar. Então, é isso. Eu acho que vocês tem que pensar em como interagir, como será a interação dessa Comissão Temática com o Colégio de Presidentes, com os Creas e ver se há necessidade de uma estrutura fixa aqui para dar o suporte. Isso tem sido cobrado demais e vai atender uma demanda do TCU. O TCU veio aqui, convidado pelo senhor, e 2014, e falou que o TCU hoje, muito mais do que as vírgulas da execução contratual, ele está olhando a governança, livres da organização, estão sendo atingidos. Isso eu acho, queria mais uma vez parabenizar você, ao Romildo, que foi um entusiasta nisso aí, ao presidente por ter a sensibilidade, a própria CCSS, que era coordenada por você e que tem a manutenção do Lúcio, eu geralmente sou muito seco, mas esse assunto para mim é o que podemos fazer e que depende da gente, o que depende dos outros a gente não tem como garantir que será feito, mas isso não depende de ninguém, só depende da gente, a organização é nossa. Parabéns e muito obrigado pela oportunidade.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Próximo inscrito é o conselheiro Mário Amorim.

**MÁRIO VARELA AMORIM (Conselheiro Federal/RN)** – Senhor presidente Tadeu, vice presidente Albério, senhores conselheiros federais, senhor coordenador do Colégio de Presidentes, presidente Modesto, coordenador nacional das Câmaras de Agronomia, José Reis, coordenador nacional do CDEN, professor Jorge Nei, lideranças, internautas, conselheiro Marcos Motta. Queremos inaugurar esse nosso pronunciamento, que imaginamos que seja essencialmente técnico. Primeiro agradecendo a concessão que a Comissão Temática de Indicadores oferece a este douto plenário e a governança do sistema. Primeiras palavras são de agradecimento pela riqueza de informações que são incluídas nesse relatório. Depois parabenizá-lo, conselheiro Marcos Motta, integrantes da Comissão de Indicadores e ao colega Ronildo, que auxiliou. Está em nossas mãos, está sendo entregue nas nossas mãos um rico instrumento para governança. Sob o ponto de vista dos números, que você nos apresenta, conselheiro Marcos, você mostrou números de limites inferiores e limites superiores, de diversos indicadores. O *gap* entre tais limites no preocupa, daí a riqueza do relatório. Nós observamos que mais a frente vocês tiveram o cuidado técnico de não só utilizar médias aritméticas nessa amplitude que deforma qualquer média, vocês foram em busca de equações de regressão para sanear eventuais *outliers* para que vocês não nos apresentasse aqui uma média que não representa a realidade dos fatos, daí a regressão, ela oferece essa oportunidade de sanear esses números. Mais uma vez, parabéns pela apropriação da técnica correta, a técnica matemática correta, estatística através de modelos matemáticos e particularmente ficamos muito felizes com essa concessão que essa Comissão Temática oferece aos gestores e a nós todos que militamos nesse sistema. Na sua abertura você foi claro, era um relatório da Comissão Temática de Indicadores, tecnicamente indicador é aquilo que se quer medir, compreendemos que só podemos melhorar a governança se nós medirmos, para poder compararmos, você não tem como melhorar se você não tem um indicador inicial. Certamente, a CCSS deve propor, aí nós queremos solidarizar e encaminhar o prosseguimento desse trabalho, que está se iniciando, mas ele precisa se alongar. Certamente que a CT Indicadores queria apresentar hoje os índices, mas o tempo não permitiu, o trabalho está muito rico, ele tem que prosseguir. Nós temos os indicadores e temos que prosseguir para os índices. Em cima de cada índice, em outra etapa, aplicarmos o 5w e 2h para encontrarmos as respostas que o conselheiro Leonides, de forma muito adequada, colocou aqui. Presidente Tadeu, presidente Modesto, o CT Indicadores está nos concedendo informações técnicas, precisas, algumas informações cirúrgicas na governança do sistema. Então, nos sentimos engrandecidos neste momento, neste plenário, com a possibilidade que estamos tendo de seriamente e com dados reais discutirmos governança, algo que temos procurado colocar juntamente com outros conselheiros federais nesse egrégio plenário. Nós temos a responsabilidade da governança desse sistema. Conselheiro Marcos Motta, vamos prosseguir com esse trabalho, ele está se iniciando. Vamos prosseguir através das equações matemáticas de regressão múltipla, que vai permitir sanear esses dados e encontrarmos as respostas através de índices, em cima dos índices aplicarmos o 5w e 2h, aí vamos ter o Crea "a", Crea "b" ou Crea "x", você poderá aperfeiçoar a sua gestão através de tais procedimentos. Vejam a grandeza do trabalho dessa equipe do CT Indicadores, que vai influenciar diretamente no conteúdo programático de um possível treinamento de fiscalização que a CEEP vai fazer, ele tem uma ligação direta, não só os treinamentos da CEEP, mas todos os demais treinamentos

que dizem respeito a governança do sistema. Parabéns, conselheiro Marcos Motta. Parabéns a este douto plenário por estar tendo o privilégio de estar recebendo informações tão ricas para aperfeiçoarmos nossa governança. Obrigado.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Conselheiro Daniel Salati.

**DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES (Conselheiro Federal/IES-Agronomia)** – Senhor presidente, senhores conselheiros, antes de mais nada cumprimentar o conselheiro Marcos e todos os outros conselheiros que participaram do trabalho. Eu vou, meu comentário vai mais ou menos na linha do Leonides e do Mário. Eu sempre fui um entusiasta de indicadores e também sei que é uma dificuldade muito grande achá-los e na hora de aplicá-los conseguir resultados objetivos. Mas temos que tentar e, se necessário, aperfeiçoá-los. Fiquei satisfeito, porque vi que é um trabalho sério e bastante objetivo, o que vai nos levar a falar menos e fazer mais, isso é muito importante, sem grandes discursos, você pega, aplica e conclui. Se este trabalho, senhor presidente, for aproveitado dentro do sistema, nós teremos uma linha de ação para aplicação do Prodesu, isso é fundamental, nós saberemos analisar as solicitações e verificar se deverá ser atendida ou não. Se necessário, com o tempo vamos aperfeiçoando os indicadores que forem sugeridos, é uma coisa natural. Conselheiro Marcos, o senhor e todos que participaram desse trabalho estão de parabéns e espero que ele seja aproveitado integralmente.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Conselheiro Paulo Viana.

**PAULO ROBERTO LUCAS VIANA (Conselheiro Federal/GO)** - Obrigado, senhor presidente, caros colegas conselheiros. Marcos, eu não vou elogiar mais, se não você vai ficar convencido. A CCSS e vocês estão de parabéns. Eu acho que a moleza acabou, então começamos com uma visão empresarial e uma visão de engenheiro, a trabalhar, se vocês continuarem dando andamento e nos passando a responsabilidade de ajudá-los nesse processo. Para isso, a CEEP já faz o convite inicial e não aceita negativa, nos dias 18 e 19 de abril apresentar na reunião dos gerentes de fiscalização, para com eles dividir essa responsabilidade de fazer crescer esse trabalho junto com todos nós. Muito obrigado pelo trabalho.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Temos também a inscrição do presidente da Mútua, Paulo Guimarães. E depois eu gostaria de saber se o presidente Modesto, do Colégio de Presidentes, se ele vai querer usar a palavra, em função de que o assunto abrange os Creas. Passo a palavra ao Paulo Guimarães, presidente da Mútua.

**PAULO ROBERTO QUEIROZ GUIMARÃES (Diretor Presidente da Mútua)** – Muito obrigado, presidente Tadeu. Senhores conselheiros, eu gostaria de cumprimentar o conselheiro Marcos Motta, todos os integrantes da Comissão Temática, inclusive por terem nos convidado a acompanhar o trabalho, o que nos levou, enquanto Mútua, a já iniciar o desenvolvimento dos indicadores diante de constatarmos que para nós é muito interessante também, incentivados pelo conselheiro Marcos Motta, pelo conselheiro Lúcio, por toda comissão e CCSS, que nós, em relação a ART, as nossas Mútuas em cada unidade da federação e os Creas, temos uma questão que para a gestão é fundamental ter esses indicadores. Inclusive, eu gostaria de salientar que nós apresentamos ontem a carta de serviços, que lá contemplava essa questão dos indicadores e estava conversando com o conselheiro Leonides que nós, na questão da Mútua ideal, que são as Mútuas que tem arrecadação muito pequena, os Creas onde essas Mútuas estão inseridas, os estados, nós vamos realizar um projeto piloto e vamos encaminhar a esta casa para análise, a criação de um programa fundamentado, para análise jurídica, avaliação e aprovação dos conselheiros federais, a criação de um programa Prodafisc da Mútua, para que ajude nessa questão e possa auxiliar na ampliação da fiscalização da questão da ART. Os dados apresentados pelo conselheiro Marcos Motta mostrou essa questão que um dos fatores pode ser, inclusive, a questão de ter uma análise de risco maior em cada, em alguns Creas, que possibilite essa questão, inclusive de recuperação de alguns passivos que existem lá. Acompanhando a apresentação na Comissão, nós constatamos esses aspectos todos, então, conselheiro Marcos Motta, parabéns e obrigado pelo convite, por ter participado, que nos levou a essa questão, além dos indicadores que temos, dando continuidade, graças a essa oportunidade que o conselheiro Marcos Motta nos possibilitou, estamos lá com um especialista também, engenheiro Romildo, que de fato a competência dele vai possibilitar essa continuidade, para que possamos integrar tudo depois e ter indicadores possibilitando uma

governança melhor do nosso sistema Confea/Crea/Mútua. Em conjunto, estamos estabelecendo um planejamento estratégico para que possam todos esses indicadores e fatores auxiliarem nossa governança e nossa gestão. Parabéns, conselheiro Marcos Motta. Parabéns, presidente Tadeu, senhores conselheiros, Confea. Agradeço pela oportunidade, muito obrigado.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Obrigado, Paulo Guimarães. Modesto, deseja fazer alguma manifestação? Por favor

**MODESTO FERREIRA DOS SANTOS FILHO (Coordenador do Colégio De Presidentes)** – Bom dia, senhor presidente. Bom dia, conselheiros. Bom dia a todos. Na esteira das palavras antecessoras, eu gostaria de parabenizar o Marcos, dizer que o Crea RN foi um dos Creas que encaminharam os dados e aí já colocando a disposição, se possível, para já darmos esse início de feedback. Eu vou estar aqui até sexta-feira, eu estou falando pelo Crea RN, a gente já poderia dar o início do intercambio entre a Comissão e o Crea, sendo primeiro o Crea RN, eu estaria a disposição. Aí sim a gente colocaria na pauta do Colégio de Presidentes, para na reunião de Curitiba você apresentar esses dados e também já convocando aqueles presidentes de Crea que queiram e que encaminharam os dados, que tenham também essa relação com a Comissão, acho que seria interessante você estar lá com a equipe para fazer essa conversa com os presidentes. Eu quero parabenizar, dizer que o Crea RN está a disposição para darmos início, começando pelo Crea RN. Parabéns para você e para a Comissão.

**JOSÉ TADEU DA SILVA (Presidente)** – Agradeço a participação de todos os conselheiros, da Mútua e do Colégio de Presidentes, também parabenizar o conselheiro Marcos e todos os integrantes da Comissão Temática. Eu queria perguntar ao conselheiro Marcos, para deixar claro para o plenário. Quantos Creas participaram? (intervenção feita fora do microfone) 13, um a menos da metade, se tivesse 14 daria até quorum, todos foram solicitados. Essas duas informações são importantes para nos mostrar, porque a importância do que foi levantado aqui para a gestão do sistema é indiscutível, todos que se manifestaram deixaram isso claro. Agora, importante a gente mostrar esses trabalhos para os presidentes, presidente Modesto, para que a gente consiga envolver os 27 Creas. É importante e vou dizer o motivo. O Tribunal de Contas da União, que é nosso controle externo, em 2002 ele passou esse controle externo, ele deixou sob a responsabilidade dos Conselhos Federais de profissões, porque não temos recurso da União, não temos repasse da União, não participamos do orçamento da União, mas temos a arrecadação pública dos profissionais e das empresas. Então, o TCU, independentemente de estarmos vinculados ou não a União, ele é o órgão que faz o controle externo de todos os recursos públicos, inclusive das (ininteligível) também. Aí, o que eles fizeram? Como eles tem um número limitado de auditores, esses auditores tinham que privilegiar para auditar o dinheiro da União, dos tributos, ocupava parte de tempo desses auditores para auditar esses Conselhos, que não são com dinheiro dos tributos públicos, da população, eles entenderam que os conselhos federais poderiam fazer esse trabalho de auditoria, dos levantamentos e fazer um consolidado geral. O Conselho Federal auditava todos seus regionais, vinha para o plenário, tomava uma decisão, fazia o consolidado e entregava para a Secex, se o Conselho Federal aprovou, para ele estava ok, se houvesse alguma denúncia eles iriam verificar e até fazer uma tomada de contas especial. Ou se não houvesse denúncia e o Conselho Federal ao consolidar tivesse algum Crea irregular, qualquer dos conselhos federais, se tivesse um dos regionais irregular, ele não colocava no consolidado, já mandava separado para o TCU, para o TCU tomar as providências. Isso foi até 2013, só que nesse período de 2002 a 2013, que eles deram essa atribuição para os Conselhos Federais fazerem esse trabalho, até como uma ajuda para diminuir a carga deles, houve muitas denúncias. Em 2013, então, o TCU tomou uma decisão de que ele retornaria a fazer as auditorias nos conselhos de profissões. A decisão que ele tomou foi da seguinte forma: eles não iam auditar 780 conselhos regionais de profissões e 30 Conselhos Federais, eles iriam anualmente sortear alguns conselhos de profissões e fariam específico para aqueles. Na impede que os demais que não fossem auditados, havendo denúncia eles poderiam vir e fazer a tomada de contas especial, até porque é atribuição deles fazer esse controle. Em 2014 eles escolheram conselhos de profissões menores, porque era uma nova atividade que estariam fazendo, depois pegaram os médios em 2015, agora em 2016 eles pegaram os conselhos maiores, inclusive o maior, que é o Confea, vai ser auditado pelo TCU esse ano. Dentro dos conselhos de profissões está o Conselho Federal de Engenharia, o Crea BA, na esfera da engenharia, parece que o Conselho da Odontologia, tem mais

(intervenção feita fora do microfone). Então, são 4 ou 5, um federal e um regional, são 4, não são os 30 e não são os 700. Então, esse ano eles vão fazer do Confea e do Crea BA, nada impede que eles possam ir em outros regionais, é aquele negócio, havendo alguma coisa eles tem que fazer tomada de conta especial. Eles reduziram, tipo uma amostragem. Por que estou colocando isso? É importante para os Creas dentro dos trabalhos que vocês fizeram. O então presidente na época, o presidente Augusto Nardes, ele até editou um livro chamado "Governança Pública", eu até recebi um dele na palestra que ele fez para os corretores de imóveis, tem uma fotografia, ele me entregando o livro dele sobre governança, ele fez várias palestras nos conselhos de profissões e fez aqui no Confea também. Se a gente pegar o manual do TCU, a gente percebe que a prioridade deles é ver essa questão que vocês acabam de apresentar aqui, isso é bastante salutar porque o TCU está entendendo, pelo o que acompanhamos no manual, em todas essas palestras que eles fazem, eles vão olhar mais a questão do ato de gestão e como está ocorrendo a administração daquela autarquia. Eles não vão chegar aqui para pegar um processo licitatório e ver onde está a vírgula fora do lugar, como era antigamente, vão fazer também esse trabalho de auditoria, mas eles vão ver o planejamento, a gestão, eles deixaram isso claro em várias palestras, não estou dizendo nenhuma novidade. Então, esse trabalho, é importante que alimente nossos conselhos regionais, os 27 Creas, para que eles entrem nessa linha. Primeiro porque é uma ferramenta boa, segundo que será bom para o sistema, falaram da crise, melhorar a performance dos conselhos, é uma ferramenta que é boa mesmo, não se discute. Por outro lado também, a gente demonstra para nosso órgão de controle externo, no caso o TCU, de que estamos tomando medidas para que atenda melhor até quando eles necessitarem, mesmo que não tenha vindo auditar, mas se necessitar, eles solicitam e todos os Creas tem esse conteúdo para fornecer para o órgão de controle externo. Acho que é bastante positivo, acho que a Comissão tem que dar prosseguimento nesse trabalho, verificar com os Creas que não participaram, que participem, até porque os que participaram levaram uma vantagem, em um primeiro momento eles vieram contribuindo com a Comissão, por outro lado, agora, eles vão ter um raio-x do Crea dele. Esses 13 que conseguiram, eles vão ter um raio-x. E o presidente coloca para essa Comissão Temática, não só na correria do Colégio de Presidentes, a gente sabe que é pauta, mas se a Comissão Temática entender de fazer um chamamento Crea por Crea, desses 13, aqui, para cada um vir em um determinado dia, para a Comissão dar todos esse raio-x com mais detalhes, eu vejo que seria importante. Mas aí é apenas uma sugestão, se a sugestão entender de assim agir, a gente está de acordo, porque isso é bom para o sistema Confea/Crea. Mas com relação aos 13, depois os outros que vierem a aderir, mas como vocês já tem esse levantamento feito, passar para eles e até auxiliá-los para que a performance deles melhore, isso é bom para eles e para nós também. Parabéns, muito obrigado. O senhor quer fazer alguma consideração final?

**LEONIDES ALVES DA SILVA NETO (Conselheiro Federal/PE)** – Antes da consideração, um aparte. Sobre os outros 13 ou 14 que não forneceram os dados, porque a radiografia regional, pelos 14, 13, dos 13 que forneceram, a gente já consegue fazer a radiografia, mas o diagnóstico individualizado só com os dados de cada um. Então, acho que essa agenda de dois, três presidentes de Creas em cada reunião ou ampliar o período dessas reuniões para que faça um atendimento personalizado, como o presidente colocou, é indispensável. Agora, nós temos que pensar nos outros 14, que não forneceram os elementos. Na verdade, presidente, conselheiros, o próprio Governo Federal, hoje, ele tem regras de edital para você se habilitar ao recurso que você vai buscar. Então, se você vai buscar saneamento, como bem colocou o deputado ontem, você tem que ter o PMSB. Em alguns estados, você tem que ter ICMS Ecológico, que é outra realidade. No âmbito, ainda no Ministério das Cidades, você tem que ter plano diretor, isso é condição para que você se habilite a recurso. Em um segundo momento, é importante que seja dito, através do Colégio de Presidentes, porque a tendência, pelo menos do meu discurso, do discurso do Daniel Salati, do Mário Amorim e do próprio coordenador da CEEP, é que isso faça parte do planejamento e da disponibilização do recurso. Então, se o Crea não forneceu o dado, eu não tenho o ponto de partida, o IO, para repassar o recurso, eu simplesmente não vou repassar o recurso, porque eu não vou ter como mensurar e quantificar a área técnica, se realmente a necessidade dele é para aquilo que ele está pedindo, porque a gente não tem os dados. Então, não como medida de opressão, mas é uma tendência, em evoluindo esse trabalho de gestão, de governança, que os recursos sejam abertos em linhas extraordinárias, diferentes até das existentes, para que a gente consiga

atingir esses objetivos. Esses Creas que não participaram provavelmente vão ficar fora desses recursos porque não teremos elementos para saber se realmente aquele pleito é a necessidade dele. Então, que faça isso e que estimule, isso é um trabalho contínuo, como colocou o Mário Amorim, inicial, que estimule os outros 14, inclusive o meu Crea, que não participou, não sei informar por que, que informe esses dados. Obrigado.

**MARCOS MOTTA FERREIRA (Conselheiro Federal/ES):** - Bem, senhor presidente, senhores conselheiros. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer todos os integrantes da Comissão Temática, que foi composta pelo Romildo, pelo Vinicius, pelo Jorge, por mim e também teve a participação do conselheiro Lúcio, que nos auxiliou muito nesse trabalho. Agradecer aos Creas que se despertaram para a potência desse trabalho e contribuíram, se dispuseram a nos fornecer os dados. Agradecer aos colaboradores do Confea, que nos auxiliaram bastante nisso, ao presidente Tadeu, que deu todo apoio para que esse trabalho fosse desenvolvido. Contar com a ajuda dos senhores para que juntos possamos estimular os outros Creas a participarem disso e que façamos dos indicadores uma realidade no nosso sistema, uma ferramenta de gestão e que possamos avançar no alcance dos objetivos do sistema, de melhoria da fiscalização, de melhoria dos processos, de melhoria da qualidade dos profissionais que pertencem a esse sistema. Obrigado a todos. Dizer aos senhores que essa apresentação está disponibilizada no sistema, em comunicações, já está disponibilizada. Obrigado, presidente.